


**UNESP**  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
**Faculdade de Ciências e Letras**  
**Campus de Araraquara - SP**

TAINÁ VELOSO JUSTO

**REFLEXÕES EM VOZ ALTA: UMA**  
**INVESTIGAÇÃO SOBRE A SOCIABILIDADE DOS**  
***LITERATI* NA ESCÓCIA DO SÉCULO XVIII**



ARARAQUARA – S.P.  
2018

TAINA VELOSO JUSTO

**REFLEXÕES EM VOZ ALTA: UMA  
INVESTIGAÇÃO SOBRE A SOCIABILIDADE DOS  
*LITERATI* NA ESCÓCIA DO SÉCULO XVIII**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Exemplar apresentado para defesa da Dissertação.

**Linha de pesquisa:** Cultura, Democracia e Pensamento Social

**Orientador:** Prof. Dr. Milton Lahuerta

ARARAQUARA – S.P.  
2018

Justo, Tainá Veloso.

Reflexões em voz alta: uma investigação sobre a sociabilidade dos *literati* na Escócia do século XVIII / Taina Veloso Justo. – Unesp/Araraquara - SP  
80 f.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras –  
Universidade Estadual Paulista, Araraquara – SP, 2018.  
Orientador: Milton Lahuerta

1 Pensamento Social. 2. Iluminismo Escocês. 3 . Sociabilidade.  
I. Tainá Veloso Justo II. Reflexões em voz alta: uma investigação  
sobre a sociabilidade dos *literati* na Escócia do século XVIII.

TAINA VELOSO JUSTO

**REFLEXÕES EM VOZ ALTA: UMA  
INVESTIGAÇÃO SOBRE A SOCIABILIDADE DOS  
*LITERATI* NA ESCÓCIA DO SÉCULO XVIII**

Dissertação de Mestrado, apresentada Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Exemplar apresentado para defesa da Dissertação.

**Linha de pesquisa:** Cultura, Democracia e Pensamento Social

**Orientador:** Prof. Dr. Milton Lahuerta

Data da defesa: 29 de maio de 2018.

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador: Prof. Dr. Milton Lahuerta**  
FCLAr/UNESP.

---

**Membro Titular: Prof. Dr. Arthur Oliveira Bueno**  
Max Weber Kolleg/Universidade de Erfurt.

---

**Membro Titular: Prof. Dr. Luís Fernandes dos Santos Nascimento**  
DFIL/UFSCar.

**Local:** Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho -- UNESP – Campus de Araraquara - Faculdade de Ciências e Letras/FCLAr

*À memória da colega mestranda e do amigo,  
Lígia Poggi Pereira e Victor Hugo Gonçalves  
Pereira.*

## AGRADECIMENTOS

O estudante em formação, caminhante solitário pelas veredas do saber acadêmico, aprendiz das técnicas de pesquisa, em sua rota para se tornar um etnógrafo dos povos, dos costumes, das relações sociais, um observador atento, constante e, muitas vezes, participante, depara-se com imensos desafios que se apequenam a cada passo que dá. A solidão restringida ao gabinete é a companheira sincera de noites e dias volteados por textos, artigos, teses, livros. Ela encontra-se ao nosso lado quando damos voltas pelas ruas, seguindo os conselhos de David Hume para espairecer a mente e retornar ao “ceticismo moderado”. A investigação é solitária, a inspiração é recheada de presenças, de influências e, sobretudo, de referências.

Os Agradecimentos aparecem primeiro numa dissertação, mas são escritos por último, porque sempre há quem surja na curva da estrada com a contribuição que faltava para encerrar o ciclo. Começo com aqueles que estão comigo desde antes do meu ingresso na Pós-Graduação: às minhas irmãs Mariana, Júlia e Débora, ao pequenino Rodolfo, que me foram os membros da primeira sociabilidade; ao meu pai, Demétrio, pelas lições de virtude cívica e democracia e por valorizar a importância da participação na vida pública e do voto; à minha mãe, Osmarina, que desde minhas primeiras letras insistiu para que eu insistisse e que escrevesse para sempre; aos meus irmãos mais velhos, presentes da vida, Marcos, por me ensinar a navegar o rio de muitas águas e lembrar-me de que “Só Deus basta” e ao Thiago, pela cumplicidade e amizade e, também, quem me introduziu no universo escocês do século XVIII.

Às minhas amigas de longa data, Laura, Ananda e Carla, obrigada pelo apoio, mesmo distantes, aproximadas por nossos afetos.

Aos meus amigos do curso de Ciências Sociais da UNESP/FCLAr, que juntos formamos os “Jovens Talentos”, por estarmos no mesmo passo desde o princípio na formação de cientistas preocupados desde o indivíduo até à sociedade, Lícia, Natália, Giuliana (Gigia), Luma, Geander. À Lari Thomann, por sua amizade sempre.

Aos colegas da turma de ingressante em 2016 do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais que enfrentamos juntos os desafios da pesquisa, confabulamos e teorizamos por vários bares de Araraquara, nossos próprios clubes de debates.

À Juliane Gonzaga que me ergueu na noite escura da pesquisa com dicas importantíssimas; ao Richard (amigo de classe) pelas conversas intermináveis dentro de noites sem fim e pelas ajudas na ABNT; à Marina com suas indicações pertinentes e o despertar para o artesanato intelectual; à Eveline Hauck (USP) pelas contribuições necessárias quanto às

referências desde meu primeiro trabalho voltado ao Iluminismo Escocês ainda na monografia de bacharelado; à Giovana por me ajudar com a sistematização das ideias; um “obrigada” especialíssimo às queridas Giovanna e Jéssica pela companhia quase que diária, pela força, pelo companheirismo, comunicação e cumplicidade, pelos conselhos e pelos abraços.

Agradeço imensamente à Pró-Reitoria de Graduação da UFSCar pelo afastamento concedido para realizar a pesquisa, a coleta de dados e composição. À Patrícia e à Simone por servirem de testemunhas; à Eliana por dar a mão teórica nos momentos finais; ao Wagner, por compartilhar as agruras do mestrado e do trabalho frente à Coordenadoria de Ingresso na Graduação comigo.

À FCLAr/UNESP agradeço por todo o apoio técnico e acadêmico, aos seus funcionários, ao pessoal da biblioteca (em especial ao Zé, que jamais permitiu que um livro se perdesse). Agradeço às professoras Karina, que ainda na graduação ensinou-me o que era a pesquisa acadêmica; à Tereza Kerbauy pela ótima disciplina “Seminários de Dissertação”; e, à Renata por diversos conselhos pelos corredores de nossa faculdade. Também, deixo aqui, minha gratidão ao professor Marcelo Santos que me orientou durante a monografia de graduação realizada no curso de Bacharelado em Ciências Sociais da mesma FCLAr.

Agradeço, também, aos professores Cícero Resende de Araújo Romão e Luís Fernandes dos Santos Nascimento pelas valiosas correções e apontamentos em minha Banca de Qualificação para o Mestrado. E ao professor Arthur Oliveira Bueno que, juntamente ao professor Luís, compõem a Banca de Defesa do Mestrado por terem aceitado o convite e contribuírem com seu conhecimento para esta pesquisa.

Finalmente, ao meu orientador, Milton, pelo exemplo, história e ensinamentos profundos sobre a pesquisa e a vida (“Os comunistas guardam sonhos”).

*“Porque o ensaio histórico de ideias não é um ensaio com a história, mas a história ensaiando-se. A imaginação histórica muda com a capacidade de dialogar com os mortos.”*

(TENÓRIO, 2014, p. 52).



## **RESUMO**

Investiga-se o meio em que se dá o desenvolvimento das ideias dos pensadores escoceses do século XVIII por meio da identificação de linguagens políticas comuns, reconstituição histórica, estudo do pensamento político e sociabilidade, sobretudo, em relação os clubes intelectuais nos quais participavam. Trabalhamos os conceitos de “intelectual” e de “sociabilidade”. Utilizamos técnica de pesquisa histórica conhecida como ‘contextualismo linguístico de Cambridge’, cujos grandes expoentes são Quentin Skinner e John G. A. Pocock; também está contida a “história dos conceitos” trabalhada por Reinhart Koselleck. Por meio de pesquisa qualitativa e estudo bibliográfico, analisamos textos que abordam a temática “Iluminismo Escocês” tais como coletâneas de artigos, diários de observações, revistas da época, correspondências dos membros do clube, bem como algumas obras de relevo sobre o pensamento político escocês do século XVIII.

**Palavras-chave:** Iluminismo Escocês. Sociabilidade. Pensamento Social. Intelectuais.

## **ABSTRACT**

We investigate the development of the ideas of Scottish thinkers of the eighteenth century through the identification of common political languages, historical reconstitution, study of political thought and sociability, especially in relation to the intellectual clubs in which they participated. We work on the concepts of "intellectual" and "sociability". We use historical research technique known as 'Cambridge linguistic contextualism', whose great exponents are Quentin Skinner and John G. A. Pocock; is also contained the "history of concepts" worked by Reinhart Koselleck .Through qualitative research and bibliographical study, we analyze texts that deal with the theme of "Scottish Enlightenment" such as collections of articles, journals of remarks, periodicals, correspondence of the members of the club, as well as some important works on Scottish political thought of the eighteenth century .

**Keywords:** Scottish Enlightenment. Sociability. Social Thought. Intellectuals.

## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. INTELLECTUAIS E SOCIABILIDADE.....</b>	<b>18</b>
2.1 ACERCA DOS INTELLECTUAIS.....	18
2.2 SOCIABILIDADE.....	26
<b>3. INSPIRAÇÕES METODOLÓGICAS.....</b>	<b>34</b>
3.1. QUENTIN SKINNER.....	35
3.2. JOHN POCOCK.....	37
3.3 REINHART KOSELLECK.....	40
<b>4. ESCÓCIA NO SÉCULO XVIII, LITERATI E SEU MEIO.....</b>	<b>42</b>
4.1 A ESCÓCIA ANTES DOS LITERATI.....	42
4.2 THE KIRK, A IGREJA DA ESCÓCIA.....	50
4.3 OS LITERATI.....	51
4.4 OS CLUBES, A SOCIABILIDADE DOS LITERATI.....	59
4.5 O POKER CLUB.....	65
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>74</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Ao responder a simples e direta pergunta, “o que você está pesquisando?”, questionamento usual entre alunos de pós-graduação (na maioria das vezes utilizados como uma forma de iniciar conversa entre os jovens pesquisadores), quem a recebe precisa de alguns segundos para organizar as ideias em seus lugares e responder ao interlocutor de maneira inteligível sem soar pretensioso.

É necessário empreender uma viagem no espaço e tempo. Aproximar-se do objeto de estudo que a princípio é estranho e está coberto de estereótipos que nos levam a crer em tradições inventadas (apenas para nos utilizarmos da expressão que intitula um livro organizado por Eric Hobsbawn). Atravessar o oceano. Retornar no tempo. Retroceder duzentos e tantos anos. A lente se aproxima num zoom como se o pressionássemos com a seta do mouse no programa Google Earth. Viajar sentadinhos e acomodados na cadeira de nosso escritório. Aproxima-se na tela as Ilhas Britânicas e o zoom puxa para perto um ponto ao Norte. O quarto esfria só de olharmos o surgimento dos nomes das cidades: Edimburgo, Glasgow, Aberdeen, St. Andrews, Inverness, Dumfriesshire, Perthshire, Argyll. A capital escocesa alarga-se no ecrã e estamos na “Cidade Nova” – projeto magnífico de arquitetura que remodelou e adequou o terreno daquela que viria a ser conhecida como a “Atenas do Norte<sup>1</sup>” às ideias que jorravam das penas de pensadores criativos, que saltavam de carona em suas salivas embebidas em deliciosos vinhos claretos entornados nas diversas tavernas espalhadas pela cidade, que desciam feito fontes vivas dos púlpitos da Kirk e das universidades em sermões e aulas magnas. Estamos em pleno século XVIII, efervescência de saberes e entusiasmos das almas. Jovens escoceses influenciados pelas descobertas de Newton e a celebrarem as teorias de Montesquieu voltam seus olhares à sociedade que ganha forma e se acomoda às novas tecnologias; à economia que embarca em navios possantes e navega em todas as direções carregados de mercadoria – a troca e a comunicação mundial; à política e suas disputas centradas no Parlamento unido desde 1707 a eleger seu primeiro ministro entre os ministros, Robert Walpole<sup>2</sup>. Eles, os homens de letras e das artes, imbuídos da percepção universal e tolerante, escrevem seus tratados, ensaios, histórias relatando o mundo sob uma tela que, muitas vezes, carregava semelhanças patentes com a Escócia natal.

Por que ir tão longe no espaço e no tempo? Qual o sentido em retroceder e conversar com escoceses mortos? O questionamento de Ítalo Calvino, “por que ler os clássicos?”, surge

---

<sup>1</sup> BUCHAN, 2004.

<sup>2</sup> Primeiro Ministro inaugural *de facto* desde 4 de abril de 1721 a 11 de fevereiro de 1742.

pertinente e insistente. Porque eles ainda pulsam. Muitas vezes incompreendidos, mal lidos, ou descartados, renascem para mostrar que só podemos tornar nosso mundo inteligível com novas teorias, se utilizarmos bússolas antigas, mas experimentadas, manuais que persistem e que exigem atenção e paciência. Ler os escoceses é ter a ousadia do título do livro de Arthur Herman, entender como esses nortenhos inventaram o mundo moderno e tudo o que há nele. Decifrar em qual estágio de desenvolvimento nos encontramos hoje: selvagens, rude, bárbaros, refinados. Esses nichos ainda se aplicam ou não passam de mera provocação? O supérfluo tornou-se mais relevante que as questões públicas? Transformamo-nos em homens efeminados? Questão capciosa, porque as letras, agora, são dos homens, mulheres, transgêneros e a efeminação deixou de ser uma ofensa. Mas ao leitor, uma advertência, os termos que utilizaremos neste trabalho, muito embora, em desuso, devem ser retomados para que compreendamos o vocabulário da época. E o léxico é a nossa dobradiça teórica: puxar os conceitos do professor John G. A. Pocock feito lupa a fim de ampliar e concatenar as linguagens políticas comum aos atores sociais desta pesquisa. Do que falamos afinal?

Pesquisar um assunto pouco conhecido, apesar de sua relevância e fascinante campo, é a primeira ideia a ser organizada para se mostrar ao público. O desafio é manter o papo fluído enquanto se explica todo um contexto histórico para os acontecimentos que envolvem este objeto de estudo. É assim que expomos nossa pesquisa no presente trabalho, com um pouco de história para que fiquem conhecidos os personagens desses relatos. E o primeiro deles a nos ocorrer foi Adam Ferguson, em 2012, quando começamos a reunir insumos para escrever a monografia de conclusão de curso de graduação cuja temática era o próprio homem, filósofo e professor de filosofia moral da Universidade de Edimburgo. Sua biografia carregava consigo os elementos do que o próprio pensador acreditava: reflexão e vida ativa. Foi ministro da Igreja da Escócia, capelão do Regimento das Sentinelas Negras (*Black Watch*) durante anos. Este destacamento reúne em seu quadro, sobretudo, escoceses e no período em que Ferguson esteve na ativa (1745-1754) lutaram juntos tanto homens das *Lowlands* (Terras Baixas) quando das *Highlands* (Terras Altas). Este último grupo utilizava-se em sua comunicação diária o idioma Gaélico, no qual Ferguson era fluente – e, segundo a professora Fania Oz-Salzberger, era o que o tornava um pensador iluminista incomum (2007, p. vii), tendo proferido um discurso inspirador aos seus companheiros de caserna antes da Batalha de Fontenoy (1745 – durante a Guerra da Sucessão Austríaca). O discurso posteriormente foi traduzido para o inglês e difundido na Escócia como propaganda em favor da União política entre Escócia e Inglaterra e como forma de aplacar sentimentos Jacobitas. Após o Acordo da Revolução Gloriosa (1688-89), assumiu o trono de Inglaterra e Escócia, a dinastia de

Hannover, comprometida em manter a linhagem protestante da Coroa. No entanto, partidários católicos insatisfeitos, movimentavam-se às margens para que fosse reconhecido como rei o príncipe Charles Edward Stuart – criado católico na Itália, chamado The Bonnie Prince Charles. Houve dois Levantes Jacobitas realizados com essa intenção, o primeiro em 1715 e o segundo, em 1745 (finda-se com a sangrenta Batalha de Culloden, em 1746). Temores de que os Jacobitas pudessem se rebelar uma terceira vez, o Parlamento Britânico excluiu a Escócia da lei sobre milícias.

O ponto linguístico está no cerne da questão que inicia a conversa intelectual sobre um grupo de intelectuais, conhecidos como *Literati* (homens de letras). Foi a rusga entre David Hume e Ferguson que nos levou a analisar as relações, contexto histórico, escritos desses pensadores. A preocupação com o “bom uso” da língua inglesa fazia parte de todo um movimento de uniformização de costumes a partir do Ato de União de 1707, data fundadora do Reino Unido enquanto tal. Dez anos antes de publicar sua mais célebre obra, *An Essay on the History of Civil Society* (Ensaio Sobre a História da Sociedade Civil), Adam Ferguson havia lançado um Tratado sobre o Refinamento (*Treatise on Refinement*), que nos círculos nos quais convivia havia sido muito bem recebido. David Hume entusiasmara-se com o trabalho do amigo. Contudo, em 1767 – ano de publicação de *An Essay* – a recepção não se deu nos mesmos termos. Hume foi o principal crítico da obra. Para ele, o principal motivo que enfraquecia o Ensaio devia-se ao estilo no qual fora composto. Hume o considerava demasiado escocês, de um inglês “provinciano”, que poderia ferir “o bom nome das letras Escocesas”<sup>3</sup>. Da língua para o desenvolvimento político, social e estrutural da Escócia, Hume é quem novamente levanta a dúvida (de onde partimos no presente trabalho), e de fato é intrigante perceber, principalmente em Edimburgo, a mudança vertiginosa que sofre a cidade após a União. Algumas hipóteses surgem das turvas águas do Mar do Norte, tais como, o acesso ao mercado inglês por parte dos escoceses é um dos pontos por onde passou o desenvolvimento. Se antes estavam restritos no topo do mapa, após 1707, os escoceses passam a vender para um número muito mais abrangente de consumidores no mundo inteiro e escoar sua produção de bebidas e tabaco.

A linguagem comum usada entre esses *philosophes* é essencial para montarmos o painel da sociabilidade na qual se inseriam. E quem são essas pessoas? Dois nomes soam familiares, David Hume e Adam Smith. Porém, temos um grupo que compôs a ala moderada, como eram chamados, da Igreja da Escócia (*The Kirk*), são os ministros William Robertson,

---

<sup>3</sup> KETTLER, 2011, p. 60.

Adam Ferguson, Hugh Blair, Henry Home (Lorde Kames), Alexander Carlyle. Estes homens partilharam mais que a contemporaneidade, alguns possuíam laços de parentescos, herdados e adquiridos, ou estudaram juntos, mais todos se reuniam em clubes para dar vazão às suas atividades intelectuais públicas. Uma associação especial atraiu nossa atenção pelo tema e pelos membros: Poker Club. Advindo de uma sociedade anterior conhecida como Select Society, o clube seria mais seletivo, menos formal, mais coeso e focado. Fora criado com o intuito de propagandear e debater a questão da milícia escocesa, cuja existência fora proibida pelo *Milita Act*, de 1757. O centro, isto é, Londres, vetara a existência de uma força popular armada no vizinho do Norte ao levar em consideração duas insurreições que foram contidas com muita violência para que suas cinzas esfriassem. A palavra *Poker*, em inglês, refere-se ao atijador de lareira. Numa ocasião para nomear o Clube da Milícia, como chegou a ser cogitado, Adam Ferguson mencionou a palavra *Poker* como “alusão ao movimento de nossas chamas a fim de que se acendam”. Solução para que o nome, em si, evitasse atenção desnecessária aos debates.

Intelectuais eram conhecidos como “sábios, doutos, *philosophes*, literatos, *gens de lettre*, ou mais simplesmente escritores [...]” (BOBBIO, 1997, p. 11), cuja principal atividade é escrever. Livres de peias e amarras para dar vazão aos pensamentos e ideias, a liberdade e autonomia dos intelectuais em relação aos poderes constituídos são essenciais para suas atividades. É este afastamento do Estado, ou seja, a “autonomia do campo intelectual que torna possível o ato inaugural de um escritor que, em nome das normas próprias do campo literário, intervém no campo político, constituindo-se, assim, como intelectual [...]” (BOURDIEU, 1996, p. 150). Ainda sobre a liberdade de reflexão e de fala, Alexander Broadie, em seu trabalho sobre o Iluminismo Escocês (2011) destaca que

O progresso intelectual não parece ser possível exceto num clima intelectual cujas pessoas não tratem as autoridades com demasiado respeito. [...] Esta liberdade [de pensar por si mesmos] é o espaço que nosso espírito reclama, se quisermos crescer moral e intelectualmente. Respeito habitual pelas autoridades, na qual permitimos que a autoridade pense em nosso lugar, é a escravidão da mente, (BROADIE, 2011, pp. 18-19, tradução nossa)<sup>4</sup>.

Portanto, o trabalho intelectual está relacionado intimamente com a liberdade de expressão. O pensamento que se dá na solidão do gabinete encontra vazão nos discursos e nos ensaios.

---

<sup>4</sup>“Intellectual progress appears not to be possible except in an intellectual climate in which people are not overly respectful of authorities. This shift in climate was a major feature of the Enlightenment [...] This freedom [of thinking for ourselves] is the space that our spirit needs if we are to grow intellectually and morally. Habitual respect for authority, where in effect we simply leave the authority to do the thinking for us, is a slavery of the mind,” (BROADIE, 2011, pp. 18-19).

Poder refletir o mundo ao redor de maneira autônoma desestabiliza a estrutura de opressão da ideia única ou dominante, isto está relacionado à imaginação destituída de culpa que pode atentar-se aos mais diversos cenários possíveis.

Então, tudo isso é ser intelectual ou ainda devemos resolver o que é ser intelectual?

Quem se põe tal problema torna-se, *pelo único fato de tê-lo posto*, um intelectual, isto é, alguém que não faz coisas, mas reflete sobre as coisas, que não maneja objetos, mas símbolos, alguém cujos instrumentos de trabalho não são máquinas, mas ideias, (BOBBIO, 1997, p. 68, grifos nossos).

Retomando Mills e Bobbio: o intelectual está consciente de si e consciente do mundo a partir da escrita. “Não sou ‘alienado’ porque escrevo”, (MILLS, 2009, p. 94).

Contudo, chamamos os homens de letras no presente trabalho como eles se denominavam, *literati* (BROADIE, 2011, p. 13). O termo, primeiramente, tem a ver com homem de artes e letras “que aderiram a um amplo corpo de valores e princípios ‘ilustrados’ partilhados pelos *philosophes* europeus e americanos [...]” (SHER, 1985, p. 24). Estes princípios eram o amor a virtude e ao aprendizado, crença na ciência e na razão, humanismo e humanitarismo, senso de cosmopolitismo que tem a ver com a urbanidade civilizada. Intelectuais dedicados à ordem social e estabilidade com preferência a certos tipos de distrações e prazeres mundanos, tais como a conversa educada, a partilha de ideias e companhia à mesa. Aversões à religiosidade fanática e supersticiosa, à escravidão, à tortura. Estavam no horizonte a tolerância religiosa e a liberdade de expressão. Sher conclui que por *literati* refere-se não apenas a homens de letras, mas a homens do Iluminismo (SHER, 1985, p. 8).

Adentramos o objetivo, em si, a partir de um artigo de Corey E. Andrews, (2007) “Drinking and Thinking: Club life and convivial sociability in Mid-Eighteenth-Century Edinburgh”, no qual o autor relata aspectos de encontros regulares dos homens de letras escoceses em associações. Apesar da principal temática do artigo voltar-se para a questão do consumo de álcool, seus excessos e como formador de identidade nacional, ela compara dois ambientes de convivência intelectual, a *Select Society* e o *Poker Club*. Damos atenção especial para o segundo por suas peculiaridades e o tipo de sociabilidade desenvolvida naquele espaço, que estão descritas na quarta seção deste trabalho. A ideia de pesquisar nomes ilustres em situações boêmias é ao mesmo tempo interessante e divertido. Quando falamos em filósofos, imediatamente erige-se um totem com o busto do nominado e lá, nas alturas da sabedoria, ele habita rodeado por outros luminares. Além disso, investigamos como se deram as relações e trocas sociais de um grupo intelectual surgido e criado numa



configuração de esfera pública distinta, ou seja, mais aberta, tolerante e ativa. É uma maneira de tentar reconstruir relacionamentos eruditos de homens de letras envolvidos na vida social de uma cidade, Edimburgo (apesar das menções a Glasgow, Aberdeen e St. Andrews, a capital da Escócia era a casa do *Poker Club* e de uma boemia mais qualificada, selecionada e íntima).

A posição intermediária em que se encontravam os *literati* possibilitou um envolvimento maior com a cidade e seus habitantes, um encontro mais direto entre as classes do meio, pequenos empresários, fazendeiros, homens de letras, a pequena aristocracia (*gentry*) e parte da nobreza. Uma curiosidade essencial para a compreensão da sociabilidade urbana desses homens de letras. Aqueles que frequentaram a Universidade de Glasgow habitavam dentro dos muros da escola, pois dispunham de dormitórios para professores e alunos; por sua vez, a Universidade de Edimburgo não oferecia apartamentos e as pessoas que se relacionavam com a universidade tinham que procurar moradia no centro da cidade. Glasgow, ainda, era envolvida por forte influência do puritanismo em seus costumes. Edimburgo era mais progressista neste sentido. Dessa vivência social e urbana surgem clubes e associações que realizavam seus encontros fora do universo fechado e restrito de uma universidade. O caráter público e social de reuniões em tavernas e pubs fornece canal de ligação entre conhecimento produzido na academia e os saberes dos frequentadores daqueles estabelecimentos, muitos eram agricultores que saíam do interior para fazer negócios na capital.

É interessante notar o aspecto de classe social no contexto escocês e que, em certa medida, foi crucial para o dinamismo da vida social em cidades como Edimburgo. Principalmente nesta cidade. Nota-se que a maioria dos pensadores identificados com o Iluminismo Escocês não eram membros da aristocracia bretã, não efetivamente. Se fizermos um levantamento histórico de suas famílias é possível identificar senhores de terras, famílias com posses, mas que de uma forma ou outra não transmitiram essas riquezas aos seus descendentes. Um exemplo disso pode ser encontrado na célebre biografia de David Hume escrita por Ernest Mossner ou no trabalho de Nicholas Phillipson sobre a vida de Adam Smith. Vale salientar que o trabalho de um biógrafo sobre Smith é algo que exige do pesquisador dedicação e persistência, uma vez que o filósofo reconhecido como um homem discreto e, com o passar dos anos, cada vez mais recluso (como nos informa o próprio Phillipson) havia pedido aos amigos que destruíssem seus papeis e manuscritos. A pesquisa sobre sua vida parte, essencialmente, de um escrito de Dugald Stewart, seu pupilo e amigo, conhecido como *Account of the Life and Writings of Adam Smith*. Isto posto, verificamos que

os homens de letras escoceses diferiam neste aspecto dos *philosophes* franceses, em sua maioria aristocratas, com exceção de Jean-Jacques Rousseau, Denis Diderot e Jean le Rond D'Alembert. Eram, os escoceses, em sua maioria profissionais liberais, médicos, advogados e professores (SHER, 1985, pp. 10-11). Outro contraste que se percebe é o protagonismo feminino na França e a participação masculina massiva nas agremiações escocesas. Essa diferença de público, talvez, se explique pelo local dos encontros: salões de casas de família no primeiro; tavernas e *pubs* no segundo. No entanto, as mulheres ganham papéis de destaque nas personagens das peças de teatro, como o exemplo trazido por Alexander Broadie na fala de Lady Modish personagem da peça *A Dialogue on Taste* (1755) – escrita pelo pintor retratista Allan Ramsay, filho do poeta Allan Ramsay. Ainda no mesmo trabalho de Broadie, a participação feminina na época foi muito mais expressiva na literatura e na pintura. Cita o exemplo de Lady Mary Shepherd (1777-1847), apesar de que sua produção se deu muito mais no final do século do que em seu período mais efervescente. Assim como o trabalho de Mary Wollstonecraft, que publicou em 1792 um dos primeiros escritos feministas, *The Vindication of Women*.

Quanto ao método de pesquisa, se impôs sobre nós um desafio extra, em se tratando de um estudo de história das ideias ou pensamento político e social. O problema inicia-se exatamente neste ponto, na denominação da área de estudo. Num artigo publicado em 1965, John G. A. Pocock propõe uma elucidação para as abordagens em estudos da natureza que o nosso próprio participa. Propõe que o estudo das ideias políticas do passado devem ser tomadas por três abordagens diferentes: a) *historiador*: trata-se do estudo da linguagem utilizada em dada sociedade para discutir problemas políticos e, da luz lançada muitas vezes acidentalmente, pelo uso daquela linguagem sobre o caráter daquela sociedade e dos eventos que acontecem nela; b) *cientista político*: o estudo da ascensão e do papel de uma linguagem política organizada na atividade política da sociedade, ou na atividade política da sociedade em geral; c) *filósofo político*: o estudo das ideias do passado com vistas em seu valor de uso, reformulação, crítica ou emprego como fundação para outras proposições ao se fazer afirmações sobre política considerada de maneira abstrata (POCOCK, 1965, p. 549).

A abordagem histórica no estudo da Teoria Política consiste na leitura crítica do autor ou autores estudados, sem reduzir a pesquisa às obras do autor, mas buscar entender seu entorno, seu contexto, o local onde viveu, as pessoas com quem conversou e as ideias que partilhou. Nesse sentido, serão utilizadas as operações intelectuais desenvolvidas pelo método conhecido como ‘contextualismo linguístico de Cambridge’, cujos maiores expoentes são Quentin Skinner e John Pocock.

Ao formularem seu método, esses professores se basearam nos trabalhos de Robin George Collingwood a quem

[...] a interpretação das ideias passadas seria possível porque, escapando da ação corrosiva do tempo, o pensamento tornar-se-ia matéria acessível em diferentes épocas pois, para além de um sentido do texto, poderia revelar-nos uma intenção, ou seja, que ‘efeitos’ sociais o autor pretendia produzir com o seu escrito (LOPES, 2011, p. 181).

Pocock define a História do Pensamento Político como o estudo das atividades de homens e mulheres de pensamento; uso de linguagem autocrítica e autodepuradora, sofreu mudanças no decorrer do tempo, “torna-se [...] a história [...] das interações entre *langue e parole*; [...] tem uma história justamente em virtude de se tornar discurso”, (POCOCK, 2003 p. 28).

Para aplicar o método, deve-se fazer a pergunta que Skinner formulou: “o que aquele determinado autor *estava fazendo* quando compunha sua obra?” Outras questões também são pertinentes, tais como: Quais eram suas motivações naquele período de sua vida?; A quem se dirigiam aquelas palavras e escritos?; O que tais ideias significavam no tempo em que foram concebidas?; Por que foram concebidas?; De que forma foram utilizadas?; Que tipo de resultado efetivo pretendiam [as ideias] alcançar, ou seja, quais ações práticas tencionavam desencadear? etc. Isto posto, passa-se a uma reconstituição do sentido histórico das ideias, que vai por uma apreensão da linguagem política utilizada, ou seja, uma imersão no universo cuja investigação se dá, compreensão do “vocabulário normativo”, a fim de acessar o sentido original de uma obra de pensamento, e do “estilo retórico” do conjunto de autores, no caso do presente projeto.

Pocock fornece três momentos da pesquisa para a verificação do uso de determinada linguagem, a) o idioma foi utilizado por diversos autores; b) o idioma tem utilização recorrente nos textos e contextos; e, c) se há a expressão de consciência, por parte dos autores, do uso do idioma (POCOCK, 2003, pp. 33-34). Ainda, Norberto Bobbio, explica que a análise conceitual não se prende apenas no estudo linguístico do discurso político, mas se entrelaça com a análise factual, com a metodologia das ciências empíricas, sendo fundamental à filosofia política o estudo dos principais conceitos a começar pelo próprio de “política” (BOBBIO, 2000, pp. 99-100).

Portanto, temos a seguinte ordem na presente dissertação: iniciamos dois pequenos ensaios, o primeiro sobre os intelectuais, o que se compreende do conceito e sua formação, bem como as mudanças sociais necessárias para o surgimento dessa classe de pessoas e como

vieram a se compreender como tais. O segundo trata do conceito de sociabilidade, no qual o desenhamos a partir de David Hume e vamos até a definição feita por Georg Simmel. Em seguida, na terceira seção, discorreremos sobre nossas inspirações metodológicas que estão na “Escola de Cambridge” e também na conceituação de Reinhart Koselleck trabalha com a História, do relato à ciência. A quarta seção é dedicada à Escócia no século XVIII. A partir do contexto histórico, apresentamos o ambiente no qual se formaram e viveram os *literati* para, em seguida, adentrarmos na história dos cafês e salões e, finalmente, nos clubes. NA última seção refletimos o trabalho e propomos alguns encaminhamentos futuros, questões que fogem ao escopo do presente trabalho que seria impossível trabalharmos de maneira compreensiva nesta dissertação.

Por fim, há algumas considerações que devem ser feitas para esclarecer algumas dúvidas e evitar embaraços. A primeira se deve ao uso de linguagem antiquada e há muito superada. Alguns termos que o leitor se deparará na leitura deste trabalho, tais como, “bárbaro”, “selvagem”, “efeminado”, “belo sexo”, foram escolhidos por estarem escritos nos textos originais e serem utilizados pelos autores que compõem nosso objeto, representam, portanto, muito mais uma época, do que quem vos escreve. A segunda consideração tem a ver com as traduções dos textos. Todas são de nossa autoria salvo quando indicado nas notas de rodapé a procedência. Optamos por manter, também, o original nas notas para comparações e entendimento amplo das passagens selecionadas. Lembramos, ainda, que todos e quaisquer equívocos e incorreções são de nossa inteira responsabilidade.

## **2. INTELLECTUAIS E SOCIABILIDADE**

### **2.1 ACERCA DOS INTELLECTUAIS**

Um homem de barbas longas subiu sobre uma mureta e ergueu um espelho para a praça. Os transeuntes desviavam o olhar do vidro refletor. Um segundo de desconforto e outros tantos de negação. O homem do espelho falava pouco e falava baixo. Dizia a si mesmo: “Não posso desistir agora. Mesmo que não me ouçam, tenho que lhes falar, tenho que lhes contar tudo o que vi e anotei nessas andanças pelas terras dos homens. Estou cansado e frustrado, mas há chão e poeira e eu preciso lhes falar”. As pessoas continuavam a ignora-lo e, talvez, até se enraiveciam pelo segundo desconfortável que as oferecia com aquele maldito espelho apontado a elas. O que suas palavras indecifráveis significavam? Por que lhes falava

daquele jeito com um olhar brilhante, mas injetado, as veias da garganta saltadas e os pelos dos braços em sentido, prontos para a batalha?

Descer às moradas da escuridão e perder o ponto de apoio, ter as mãos longe das paredes e tropeçar diante de uma vereda coberta pelo véu negro causa imenso pavor e evitamos a todo custo passar por tal experiência. Ela é realmente necessária? Os dilemas enfrentados pelos indivíduos em suas vidas particulares são causados pela sociedade. Mas o que é a sociedade senão algo abstrato que se torna realidade material quando do encontro de muitos indivíduos num mesmo espaço e tempo cujas circunstâncias são dadas por suas interações uns com os outros? Os primeiros conflitos e traumas advindos desses embates surgem na pequena sociedade, a família, e então passam a acompanhar o indivíduo em suas relações em âmbitos mais ampliados e complexos no trabalho, nos pontos de ônibus, na padaria, em clubes de debates. São contingências que passam a fazer parte de sua constituição e ficam relegadas ao silêncio solitário de sua intimidade, pois há questões da vida imediata (alimentar-se, abrigar-se das intempéries do clima, ter um emprego que possibilite a aquisição de bens materiais para sustentar a própria existência) que precisam ser resolvidas. Aumente-se o quadro e encontram-se dilemas semelhantes experimentados cada um a sua maneira por cada membro do tecido social e tem-se uma imensa rede de interesses, vontades, desejos e buscas diversas ocorrendo simultaneamente no mesmo espaço-tempo. As opiniões parecidas unem-se em grupos, em partidos, em facções que se fortalecem a fim de impor sua agenda, nascem ideologias, variadas interpretações de mundo se defrontam num cenário comum e grandes eventos ao se desenrolarem (eleições, mudanças de regime, guerras) solapam o frágil elemento deste quadro. Para dar conta de toda a carga de acontecimento, das palavras e das coisas, a pausa, o distanciamento e a reflexão são mecanismos de sobrevivência e manutenção da tecitura social.

O homem do espelho encontra-se sobre a mureta apontando o reflexo da sociedade a ela mesma, dolorido, pungente, verdadeiro (?). Os olhares que desviam desconfortáveis parecem adiar este encontro consigo mesmo. O homem de barbas longas (que pode ser uma mulher) é empurrado de seu palanque por falar coisas que deveriam ser ditas outra hora. É retirado do centro por gritar “*J'accuse*” para cidadãos de bem que estão fazendo o seu melhor e pagando seus impostos e jogando a casca de chocolate na lixeira indicada. Quem ele pensa que é? E com quem pensa que está falando?

O retrato acima seria uma alegoria para o que viemos a chamar de intelectual público, aquele que se coloca no meio dos acontecimentos para alertar os demais das questões prementes que não ousam serem nomeadas, ou são escamoteadas para detrás das cortinas. O

intelectual engajado que ocupa espaços e transmite seus pensamentos de forma pública e aberta. Mas antes de se colocar no centro dos debates, o intelectual fez ressoar sua voz por outras trombetas, mais discretas. Pensemos sobre o que se compreende por intelectual e sua formação, bem como a conceituação deste tipo social que ganha mais notoriedade a partir do século XVIII, enquanto um conceito moderno (TENORIO, 2014, p. 32).

Charles Wright-Mills, o sociólogo beatnik, descreveu a atividade intelectual como a de um artesão, um indivíduo que jamais cessa sua função porque em permanente observação dos fatos sociais, a experiência de vida não se dissocia de suas notas, experimentos, reflexões. Mills aconselha ao intelectual que sempre carregue consigo um caderno de notas, pois são elas que darão apoio às formulações teóricas posteriores. Escreve-se tudo para pensar depois. Combinar ideias que se pensavam impossíveis de uma junção, saltar de uma perspectiva a outra, a isto Mills chama de “imaginação sociológica”, essencial para distinguir entre um cientista social e um mero técnico (MILLS, 2009, p. 41). A mudança de perspectivas requer um olhar para fora, de alguém que não se restringe ao espaço que ocupa e enxerga outros horizontes a fim de explicar o meio em que vive. Uma mirada internacionalista, ampliada e atenta, o intelectual é o que busca coisas fora de seu alcance (MILLS, 2009, p. 91), trafegam em rotas internacionais em busca da compreensão dessas coisas distantes. Esse internacionalismo, prosseguirá Mills, não é nem abstrato, nem inacessível, mas pode ser encontrado nas livrarias e bibliotecas.

O internacionalismo da mente e das sensibilidades é inerente ao princípio do intelectual de que toda crença deve ser condicional ao raciocínio do indivíduo, e de que todas as suas sensibilidades e preferências de valor moral e estético devem ser produtos de autocultivo consciente. Não há outro sentido para o livro uso da mente humana, para a genuína liberação do eu [...] Não devemos subestimar o que mesmo uma pequena circulação de ideias é capaz de fazer, em especial – se posso dizer isso – ideias cômicas e sem sentido. Os homens de poder são implacáveis, e nossas principais armas em tempos como esses são a audácia e o riso, (MILLS, 2009, pp. 93-94).

Livres de peias e amarras para dar vazão aos pensamentos e ideias, a liberdade e autonomia dos intelectuais em relação aos poderes constituídos são essenciais para suas atividades. É este afastamento do Estado, ou seja, a “autonomia do campo intelectual que torna possível o ato inaugural de um escritor que, em nome das normas próprias do campo literário, intervém no campo político, constituindo-se, assim, como intelectual.” (BOURDIEU, 1996, p. 150). Ainda sobre a liberdade de reflexão e de fala, Alexander Broadie, em seu trabalho sobre o Iluminismo Escocês (2011) destaca que

O progresso intelectual não parece ser possível exceto num clima intelectual cujas pessoas não tratem as autoridades com demasiado respeito. [...] Esta liberdade [de pensar por si mesmos] é o espaço que nosso espírito reclama, se quisermos crescer moral e intelectualmente. Respeito habitual pelas autoridades, na qual permitimos que a autoridade pense em nosso lugar, é a escravidão da mente, (BROADIE, 2011, pp. 18-19, tradução nossa)<sup>5</sup>.

Portanto, o trabalho intelectual está relacionado intimamente com a liberdade de expressão. O pensamento que se dá na solidão do gabinete encontra vazão nos discursos e nos ensaios. Poder refletir o mundo ao redor de maneira autônoma desestabiliza a estrutura de opressão da ideia única ou dominante, isto está relacionado à imaginação destituída de culpa que pode atentar-se aos mais diversos cenários possíveis. Quanto a isto, Walquíria Domingues Leão Rêgo esclarece a importância da palavra reflexão que funciona como uma faculdade da razão e que substancia o significado de liberdade (RÊGO, 2000, p. 71). Ainda, escreve que há outras dimensões exploradas na atividade intelectual, como o intelectual enquanto personagem-chave na difusão das luzes. A sua participação em debates e discussões acerca da política e do poder entendida como *atividade de todos e lugar (topos) de encaminhamento de questões*. Há uma razão de ser da política e a submissão de imperativos próprios da lógica política à atividade reflexiva da razão.

O trabalho intelectual, pensado enquanto agente político, está imbuído de uma missão tanto na esfera política quanto na ética em analisar, refletir, escrutinar fatos e relações sociais e formular saber estruturado acerca dos fenômenos, esclarecê-los a fim de que sejam compreendidos e partilhados por um grande número de pessoas.

A prática intelectual, fortemente orientada por valores éticos universalistas, consumaria o grande trunfo do mundo moderno: a dotação em todo os homens da possibilidade da escolha no interior de um grande leque de opções existenciais, sem o que não se poderia pensar seriamente em liberdade humana. (RÊGO, 2000, pp. 72-73).

Tal prática tem caráter transformador e libertador, uma vez que o conhecimento produzido se faz conhecer, circula entre os grupos sociais, entre as pessoas e as transforma, alterando também seu meio. Servem como ferramentas de emancipação contra estruturas opressivas e/ou injustas.

---

<sup>5</sup>“Intellectual progress appears not to be possible except in an intellectual climate in which people are not overly respectful of authorities. This shift in climate was a major feature of the Enlightenment,” p. 18. “This freedom [of thinking for ourselves] is the space that our spirit needs if we are to grow intellectually and morally. Habitual respect for authority, where in effect we simply leave the authority to do the thinking for us, is a slavery of the mind,” (BROADIE, 2011, pp. 18-19).

Outra faceta que Walquíria Domingues Leão Rêgo trabalha em seu texto é o intelectual enquanto construtor de uma memória pública da nação. Ela retoma Alexis de Tocqueville e o conceito *comunidade de lembranças* – a memória pública constituída numa questão política e intelectual decisiva, para descrever a função do intelectual em realizar uma ponte entre a tradição estabelecida, as mudanças necessárias e as perspectivas para o futuro. Assim como os indivíduos, as nações constroem suas memórias com aquilo que mantêm como recordações de um passado e com aquilo que esquecem, ou são obrigadas a esquecer.

A memória coletiva de uma nação é incessantemente tecida de formas de recordação promovidas por meio de festas cívicas, religiosas, ritos, etc. Entretanto, o modo profundo e duradouro de modelar atitudes e comportamentos sociais e políticos se efetiva na tessitura dos livros de história, no sentido amplo e profundo da palavra, que não só difundem e organizam a língua, mas também escolhem os modos de narrar as experiências vividas por um povo, nos múltiplos sentidos da sua vida. Neste específico sentido, os intelectuais serão fundamentais no processo de invenção, criação e recriação dos termos integradores da cultura e das formas identitárias da nação, porque serão eles, queiramos ou não, os que estabelecerão os critérios de seleção da memória coletiva. Em outras palavras, será por seus compromissos morais e, evidentemente, políticos, expressados das mais diferentes maneiras, que se consubstanciará a natureza qualitativa mais profunda da narração, (RÊGO, 2000, p. 76).

Nesta interpretação sobre o seu papel, temos que o intelectual possui uma tríplice função, ou seja, é aquele indivíduo que reflete sobre o seu meio, o olhar distanciado; ele age sobre o meio com suas ferramentas teóricas, através de interpretações embasadas por observação e análise; e, conecta passado e futuro nas narrativas de um povo.

Em aproximações semelhantes temos definições de intelectual como a que diz que se trata de homens e mulheres de letras que expressam dúvidas, angústias; propõem saídas e caminhos para as questões que nos tocam a todos; identificam esses problemas e dão voz à agonia interior das gentes modernas por meio de textos bem escritos, esclarecedores e, até certo ponto, contaminados de certa prosa poética que lhes confere um ar palatável, familiar, agradável, apesar dos temas – que nem sempre são leves (JACOBY, 2000). Ou seja, são pessoas que devem encarar questões delicadas diretamente e compartilha-as de maneira compreensível, criando-se uma rede de conhecimento de fácil acesso e que seja esclarecedora.

Karl Mannheim verifica que a formação do intelectual se dera num primeiro momento pela autoconsciência de si, algo que é essencial para se compreender e entender o entorno. O livre-mercado fornece meios para que o indivíduo abandone visões atreladas à tradições que não eram questionadas, ele se desprende de uma visão estacionária da vida e passa a viver por seus princípios na constante busca do novo. Lembra-nos a discussão que Reinhart Koselleck



esclarece sobre a modernidade encontra-se na dilatação entre “espaço da experiência” e “horizonte de expectativa”, isto compõe o “tempo histórico”. A “história” como absoluto que toma lugar da “razão” após à Revolução Francesa (1789) (MANNHEIM, 1974, p. 71). Outro fator contribuinte é a educação neutra, que permite o ensino ampliado e generalizante, também desligada dos laços comunitários. A última fase do crescimento social é marcado pelo surgimento da *intelligentsia*. Este foi “o último grupo a adotar o ponto de vista sociológico, pois sua posição na divisão social do trabalho não lhe propicia acesso direto a nenhum segmento vital e ativo da sociedade,” p. 78. O proletariado havia “chegado primeiro” na interpretação sociológica de si enquanto grupo, o que bloqueou a autoconsciência da *intelligentsia*, chamada aqui por Mannheim de retardatária.

Todos os grupos que buscam uma orientação social começam por uma interpretação da sociedade que os enfatiza, criando assim uma parcialidade que só se corrige num nível mais elevado de reflexão -- nível esse que se atinge através da sociologia do conhecimento. Os estratos subsequentes, portanto, tiveram que haver-se com a ideologia arraigada do proletariado antes que pudessem compreender-se a si próprios. Esse processo é paralelo ao de emancipação do proletariado das ideologias que anteriormente impediam sua consciência de classe, (MANNHEIM, 1974, p. 78).

A *intelligentsia* é uma camada intersticial, não forma uma classe homogênea, pois não possui um interesse comum. Não possui coesão. Ainda, Mannheim reconhece como principal atributo o contato, em variados graus, com a cultura. Os intelectuais encontram-se como fomentadores da cultura pública, seja por meio de publicações de ensaios em revistas sobre variados assuntos; seja em a montagem de espetáculos, seja por meio de aulas abertas, etc. Intelectuais, no plural, designa “o conjunto dos cultos, denota de forma mais precisa a existência de um protagonista político com identidade definida” (VIEIRA, 2008, p. 70).

Os termos acima passaram a definir o conceito de intelectual. O evento marcante, como mencionado no início desta seção, foi o Caso Dreyfus com o panfleto *J'Acusse*, escrito por Émile Zola, publicado no jornal *L'Aurore* em 1898, direcionado ao presidente da República Francesa, Félix Faure. Marca pelo fato de homens de letras se posicionarem sobre uma questão política. Uma manobra que foi criticada por Julien Benda no livro *A Traição dos Clérigos (Le Trahison des Clercs)*, que, de maneira breve, defendia o contrário do que foi dito até agora, que os intelectuais não devem misturar o trabalho reflexivo, solitário e constante de seus gabinetes com questões polêmicas, problemas políticos ou, ainda, a defesa de ideologias. Intelectuais eram conhecidos como “sábios, doutos, *philosophes*, literatos, *gens de lettre*, ou

mais simplesmente escritores,” (BOBBIO, 1997, p. 11), cuja principal atividade é escrever. Então, tudo isso é ser intelectual ou ainda devemos resolver o que é ser intelectual?

Quem se põe tal problema torna-se, *pelo único fato de tê-lo posto*, um intelectual, isto é, alguém que não faz coisas, mas reflete sobre as coisas, que não maneja objetos, mas símbolos, alguém cujos instrumentos de trabalho não são máquinas, mas ideias, (BOBBIO, 1997, p. 68, grifos nossos).

Retomando Mills e Bobbio: o intelectual está consciente de si e consciente do mundo a partir da escrita. “Não sou ‘alienado’ porque escrevo”, (MILLS, 2009, p. 94).

Jürgen Habermas trabalha essa autoconsciência como a ascensão do *espírito público* entremeada pela *opinião pública*. Este último conceito é essencial. É a transformação da mera opinião enquanto inclinação a algo para uma “reflexão privada sobre os assuntos públicos (*public affairs*) e a discussão pública deles (HABERMAS, 2003, p. 116).

Daquilo que, em breve, será chamado de *public opinion* já traz, entretanto, traços do Iluminismo: não sem o jornalismo político, que o próprio Bolingbroke ajudou a criar, o *sense of the people* transforma-se num *public spirit* oposicionalmente atuante. Na consciência desse conservador, que se viu obrigado a desempenhar o papel do opositor intelectual e, com isso, de primeiro opositor no sentido da moderna tática parlamentar, conjuga-se de modo notável um pedaço de antecipado rousseauismo com os princípios da crítica pública, (HABERMAS, 2003, p. 115).

Erich Auerbach aponta o sentido de publicidade para a palavra pública, que sofre uma transformação, a substituição de ‘esfera pública no sentido político’ para o sentido de ‘esfera pública em sentido publicista’ (2007, p. 213).

A cultura se transforma em “cultura” quando se mercantiliza. Habermas escreve isso no contexto do surgimento da psicologia e em como entendimento da subjetividade do público é apreendido por ele mesmo. Daí ele explica que a esfera pública literária não se trata de algo autóctone da sociedade burguesa:

[...] ela preserva uma certa continuidade em relação à representatividade pública da corte. A arte do raciocínio público é aprendida pela vanguarda burguesa da classe média culta em contato com o “mundo elegante”, na sociedade aristocrática da corte que, é verdade, à medida que o moderno aparelho de Estado se autonomizava em relação à esfera pessoal do monarca, separava-se por sua vez cada vez mais da corte, passando a constituir um contrapeso na cidade. A “cidade” não é apenas economicamente o centro vital da sociedade burguesa; em antítese política e cultural à “corte”, ela caracteriza, antes de mais nada, uma primeira esfera pública literária que encontra as suas instituições nos *coffee-houses*, nos *salons* e nas comunidades de comensais. Os herdeiros daquela sociedade de aristocratas humanistas, em contato com os intelectuais burgueses que logo passam a transformar as suas conversações sociais em aberta crítica, rebentam a ponte

existente entre a forma que restava de uma sociedade decadente, a corte, e a forma primeira de uma nova: a esfera pública burguesa, (HABERMAS, 1984, pp. 44-45).

A esfera pública se modifica radicalmente em si e em suas bases quando “a cidade” assume funções culturais (HABERMAS, 1984, p.47). Habermas demonstra com isso como os *salons* são herdeiros espirituais da antiga corte. Os cafés, frequentados por gentes de letras interessados primeiramente na discussão literária, logo abrigarão as discussões políticas. São esses locais que asseguram a preponderância da “cidade” sobre a corte (HABERMAS, 1984, p. 47).

Lá pela metade do século XVII, depois que não só o chá, a primeira bebida a ser difundida, mas também o chocolate e o café se tornaram bebidas usuais (ao menos para as camadas mais elevadas da população), o cocheiro de um mercador oriental inaugura o primeiro café. No primeiro decênio do século XVIII já existem mais de 3000 deles em Londres, cada um com o seu círculo íntimo de fregueses habituais. Assim como Dryden polemiza quanto a “antigos e modernos”, um pouco mais tarde, nos círculos da jovem geração de escritores que frequentava o Wills, Addison e Steele tinham o seu pequeno cenáculo no Button’s, assim também, sob a presidência de um discípulo de Milton, Marvell e Pepys frequentavam o Rotaclub com Harrington, tendo este notadamente exposto aí as ideias republicanas de seu “*Oceana*”. Assim como nos salões, a literatura tinha de se legitimar nesses cafés em que a “intelectualidade” se encontrava com a aristocracia. Mas a nobreza que se aliava à alta burguesia está aí, no entanto, de posse das funções sociais que foram cassadas à aristocracia francesa: representa *landed e moneyed interests*. Assim, o raciocínio nascido das obras de arte e políticas, logo se expande também para disputas econômicas e políticas, como nos salões, garantido a sua inconsequência imediata. A isso também pode estar relacionado o fato de que a sociedade dos cafés somente eram admitidos homens, enquanto que o estilo do salão, todo rococó, era essencialmente marcado pela influência feminina. As mulheres da sociedade londrina, abandonadas a cada noite, também ensaiaram então uma luta energética, mas inútil contra a nova instituição<sup>6</sup>. Os cafés não só permitiam um acesso mais fácil aos círculos da moda, mas, acima de tudo, abrangiam as camadas mais amplas da classe média e até mesmo artesão e merceeiros. O que Ned Ward relata sobre a ida, várias vezes ao dia, aos cafés pelos “*wealthy shokeeper*” também é válido para os mais pobres, (HABERMAS, 1984, pp. 48-49).

A citação acima mostra a força de uma das principais instituições da esfera pública burguesa: o café. Local privilegiado de encontro público, porque um estabelecimento aberto aos clientes, e que permite a difusão rápida de novas ideias. Interessante notar a diferença entre gêneros nos dois locais de esfera pública, o café (masculino) e o salão (feminino).

---

<sup>6</sup>Trata-se de uma nota adicionada por Habermas e que se refere a um panfleto publicado em 1674 intitulado: “The Women’s Petition against Coffee, representing to Public Consideration of the Grand Inconvenience according to their Sex from the Excessive use of that Drying, Enfeebling liquor”.

Também diferenciados pelos assuntos tratados em seus círculos, ficando a disputa de poder político e econômico nas discussões do primeiro, e as novidades literárias e artísticas no segundo.

Habermas destaca uma “série de critérios institucionais em comum” entre as mais diversas associações que se reúnem nos cafés e salões, são seguintes: 1) a sociabilidade nos cafés pressupõe a igualdade de status – Habermas estabelece a oposição “cerimonial das hierarquias” com “polidez da igualdade”; 2) problematização de setores que até então não eram considerados questionáveis – ou seja, os temas que antes eram divulgados ao público somente por autoridades passam a ser acessíveis a todos; 3) não-fechamento do público – as discussões não se fecham somente nos grupos em cafés, estavam abertas a todos.

A partir dos cafés, surgem as revistas como extensão das conversas e reflexo destas:

Com *Tatler*, o *Spectator*, o *Guardian*, o público se olha no espelho; ele ainda não se entende mediante o desvio de uma reflexão sobre obras de filosofia e literatura, de arte e ciência, mas entrando ele mesmo como objeto na “literatura”. Addison vê a si mesmo como *sensor of manners and morals*; ele fala de obras filantrópicas e escolas para órgãos, propõe melhorias no sistema de ensino, adverte quanto a formas de comportamento ético, polemiza contra o vício do jogo bem como contra o fanatismo e o pedantismo, contra a falta de bom-gosto dos letrados e a maluquice dos eruditos; trabalha em prol de uma maior tolerância, da emancipação da moralidade burguesa em relação à moral teológica, da sabedoria de vida em relação à filosofia acadêmica. O público que lê e comenta tudo isso tem aí a si mesmo como tema, (HABERMAS, 1984, p. 59).

O trecho acima mostra que os temas de tolerância, comportamento moral, etc., que Addison escrevia em sua revista influenciaram os *literati* escoceses em suas obras voltadas para discursos sobre a virtude cívica (o estoicismo cristão), formas de se manter o *status quo* ante as perversões que acompanham a vida refinada em sociedade comercial. Habermas assinala três momentos cruciais da história inglesa para a formação de uma esfera pública: a criação do Banco da Inglaterra, a abolição da censura prévia e o primeiro governo de gabinete (parlamentarização do poder estatal), (HABERMAS, 1984, p. 76).

## 2.2 SOCIABILIDADE

Começemos com esta citação de David Hume (2008, p. 221) no ensaio “Da Arte de Escrever Ensaio”:

A parcela elegante do gênero humano, que não está imersa na mera vida animal, mas se ocupa das operações da mente, pode ser dividida em indivíduos *letrados* e indivíduos *de convívio social*. [...] A disposição

sociável e a um gosto pelo prazer, o mundo do convívio social alia uma inclinação para os mais amenos e suaves exercícios do entendimento, para reflexões óbvias sobre assuntos humanos e obrigações da vida comum e para observações sobre os defeitos ou perfeições dos objetos particulares que o cercam.

Hume faz um libelo à convivialidade<sup>7</sup> neste pequenino ensaio e em como é possível construir uma ponte entre o ofício do *letrado*, essa pessoa que se isola no silêncio e na serenidade para se dedicar às “difíceis operações da mente” e aquelas que se comprazem na presença de outros para debater, discutir e, principalmente, conversar. Uma coisa não deveria estar separada da outra, defende, afinal, para se ter insumos para a conversa elegante, polida e interessante é preciso buscar o saber, o conhecimento, as fontes em boas leituras. É a convivência amigável que “reúne os homens em sociedade”, e a própria reunião desses indivíduos realiza a abstração sociedade e tal convivência é um dos traços do Iluminismo a partir da expressão “República das Letras”, como define Alexander Broadie em *The Scottish Enlightenment*, “como se fossem operários numa corporação multinacional cujo objetivo é colocar a propriedade intelectual em domínio público,” (BROADIE, 2011, p. 14). Retomando Hume, não se trata apenas de um lugar de trocas “recíprocas de informação, mas também de prazer” (HUME, 2008, p. 222). Como elenca Márcio Suzuki no artigo *A Aposto na Filosofia* (2011), quando relata sobre a conclusão do Livro I do *Tratado da Natureza Humana* a passagem de um ceticismo real para um mais bem-humorado que se dá em três movimentos. O segundo movimento é de interesse neste ponto da dissertação: discorre sobre ocupações que aliviam a mente após exposição à elucubrações pesadas e exigentes, o filósofo abandona seu gabinete para uma “janta, jogar uma partida de gamão, conversa e se alegra com os amigos.” (SUZUKI, 2011, p. 310).

Logo o filósofo escocês expõe o problema: de onde saem os assuntos que animam as rodas de boa convivência e diálogos inteligentes? Não estariam na história, poesia, política, na própria filosofia, indaga-se. “Estariam os discursos condenados a ser uma série contínua de fuxicos e observações inócuas?”, (HUME, 2008, p.222). Neste ponto Hume se apresenta como embaixador ou representante das letras nos círculos de convívio social e o ensaio [gênero literário] seria o elo de ligação entre o mundo dos *letrados* e o mundo *do convívio amigável*. Ele se compromete em promover as boas relações entre esses “Estados”, que são, em si, dependentes um do outro e dará

---

<sup>7</sup> Trata-se de opção nossa utilizar o termo em inglês *conviviality* em tradução direta. O termo em si pode ser traduzido como “sociabilidade”, “convívio amigável”, “jovialidade”.

aos letrados inteligência de tudo o que se passa em sociedade, e empenhar-me-ei em importar para esta todas as mercadorias que possa encontrar em meu país natal, próprias para uso e entretenimento dela. Não será preciso cuidar da balança comercial, nem haverá dificuldade de mantê-la equilibrada nos dois lados. Os materiais desse comércio devem ser fornecidos principalmente pelo convívio social e pela vida comum: sua manufatura cabe unicamente à parcela letrada (HUME, 2008, p. 223).

O que nos remete novamente ao artigo de Márcio Suzuki quando explicita o terceiro movimento, do *ceticismo moderado*, ou seja, o retorno do filósofo ao seu gabinete após se divertir e sociabilizar. Após se dedicar às atividades leves ele pode retomar o trabalho mais exigente. Suzuki aponta que este movimento pode se caracterizar como “uma *aposta na filosofia*”, demonstra, ainda, uma entre tantas disposições (Suzuki utiliza *diversificações*) possíveis,

estratégia que a natureza emprega para fazer os indivíduos seguirem instintivamente a lei de variação de suas atividades. [...] diante da impossibilidade de atingir a tranquilidade do sábio, a mente deve ser entretida em aplicações moderadas. (SUZUKI, 2011, pp. 310-11).

Adiante, Hume destaca a importância do saber e “delicadeza de gosto” das mulheres como soberanas deste Estado, a saber, o *convívio social*, a quem presta reverência. Hume defende que o gênero feminino é o mais capaz para governar esse mundo em que as ideias, as leituras, os temas ganham as rodas de conversa por serem “juizes muito melhores da polidez na arte de escrever do que homens com o mesmo grau de entendimento,” (HUME, 2008, p. 223).

Às mulheres Hume também defende outra postura a de que elas são mestras em sociedade, o galanteio. Márcio Suzuki, desta vez no posfácio à coletânea de ensaios com que abrimos esta seção, traz a lume o significado de *gallantry*, ou seja, a postura que deve ter um *gentleman* para com as mulheres. Nesta postura, estão contidas a deferência, respeito, os esforço em agradar (*to please*) que os de posição superior demonstram àqueles que “se encontram inferiorizados”. As mulheres desempenhariam esse papel de “civilizar” os homens, em outras palavras, “a noção mais justa e precisa do que seja a própria civilidade.” (SUZUKI, 2008, p. 301). Numa inversão de papéis simbólicos, a mulher que se encontra na posição de *objeto* do galanteio assume posição de liderança no âmbito da sociabilidade.

Ela, elemento aparentemente mais frágil, estando numa condição inferiorizada, se torna, por sua própria suavidade, modéstia e delicadeza, a causa do refinamento dos homens e da sociedade (SUZUKI, 2008, p. 301).

Suzuki faz ressalva valendo-se de estudo feito por Livia Guimarães (2004) sobre o galanteio em Hume que lendo o conceito sob seu próprio contexto é “possível perceber que a mulher

está em pé de igualdade com o homem no processo de refinamento social e de constituição da filosofia.” (SUZUKI, 2008, pp. 301-302).

Tendo as mulheres papel destaque no mundo da *convivência social* é explícito um caráter crucial nesse ambiente, uma função “antropológica” – no que constitui uma ciência da natureza humana. As principais características que permitem às mulheres assumirem tal papel são a da benevolência, agrado ou amabilidade, conforme traz Suzuki ao utilizar o aporte teórico de Immanuel Kant em *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*, a mulher está em pé de igualdade com o homem quanto ao entendimento

A diferença é que o seu entendimento está mais naturalmente voltado para sentimentos delicados e ternos do que para especulações abstratas e profundas, isto é, a disposição natural do sexo frágil o dirige mais para o *belo* do que para o *sublime*, mas para o agradável do que para o nobre ou útil (SUZUKI, 2008, p. 302, grifos no original).

Contudo, a mulher opera enquanto sujeito dessa antropologia. Contém, nesta ciência a “sabedoria do mundo” que se dirige ao homem. O papel da mulher, portanto, é fundamental. Uma boa formação de mentes é fornecida pelo estudo da história e é dessa disciplina que Hume se utiliza para informar às mulheres letradas que se dediquem ao seu estudo e aprendizado. A leitura da história é conveniente em dois sentidos “porque *instrui* mais que a mera diversão e, ao mesmo tempo, *deleita* mais que os livros sérios.” (SUZUKI, 2008, p. 303, grifos no original). Estaria, assim, a meio caminho entre os vícios da poesia e da filosofia. Evita, de um lado, os devaneios e entusiasmos e, de outro, a maçante dureza a que se dedica o filósofo em seu escritório. É retornar à “aposta na filosofia” mencionada acima.

O estudo da história e a prática da “antropologia” fornecem ferramentas que incluem as mulheres na manufatura social, o que seria um ponto de equilíbrio entre dois planos, o jurídico (na qual as mulheres, sobretudo no século XVIII, estavam dependentes de seus maridos) e o moral (sujeito possuidor de sua liberdade). O convívio social amenizaria as desigualdades entre homens e mulheres. Contudo, alerta Suzuki, há riscos neste comércio entre os sexos. A degeneração do galanteio reflete-se no “coquetismo, [n]o desejo de dominar o outro sexo, as intrigas, a libertinagem, a infidelidade.” (SUZUKI, 2008, p. 304); quando o que se procura na convivência amigável, na conversa, nos encontros é mero desejo, ou qualidades “agradáveis”, que a utilidade, ou seja, o refinamento e instrução, que podem advir dessas reuniões. A questão não é a busca do que é agradável, mas a intensidade em que essa procura se revela.

Algo interessante a se destacar é a relevância dada às mulheres ganham papéis peças de teatro, ao serem escritas personagens com falas que iluminam o feminino no palco, como o exemplo trazido por Alexander Broadie na fala de Lady Modish personagem da peça *A Dialogue on Taste* (1755) – escrita pelo pintor retratista Allan Ramsay, filho do poeta Allan Ramsay. Numa das cenas, a personagem Coronel Freeman interrompe um discurso que estava a proclamar em razão da presença das mulheres no recinto, ao que Lady Modish indigna-se com ele e o confronta:

E honestamente, Coronel, o senhor deve se desculpar conosco por interromper uma conversa séria por nossa causa; como se fôssemos incapazes de sermos entretidas a não ser por bobagens! É fato que quase não experimentamos nada mais, contudo, não é apenas nossa, mas também de vocês, homens, culpa, pois pensam, sem dúvidas, que a fim de melhor preservar vossa autoridade mantêm-nos na ignorância<sup>8</sup> (BROADIE, 2011, p. 29).

Broadie, no mesmo trabalho, assinala que a participação feminina na época teve bastante expressão na literatura e na pintura da época. Cita o exemplo de Lady Mary Shepherd (1777-1847), apesar de que sua produção se deu muito mais no final do século do que em seu período mais efervescente. Assim como o trabalho de Mary Wollstonecraft, que publicou em 1792 um dos primeiros escritos feministas, *The Vindiation of Women*.

Observando com olhar mais atento as relações de homens e mulheres em sociedade, podemos ler em Adam Ferguson, outro membro do círculo social de David Hume (como teremos oportunidade de verificar mais adiante), na Seção III, “Of the principles of Union among Mankind”, do livro *An Essay on the History of Civil Society*, as disposições, como postas por Ferguson, inatas para a vida em conjunto. O princípio de aliança ou união entre os indivíduos é a causa da associação entre eles. Quais seriam esses princípios? Ferguson trabalha com um par de opostos: o princípio do medo (*fear*) ou o princípio de afeição (*affection*). Os grupos se formam para se protegerem de perigos, predadores, ou por interesses mútuos de amizade, afeto, laços sanguíneos. Há uma propensão (*propensity*) comum entre homens e animais em

[...] se imiscuir à horda e, irrefletido, seguir a malta de sua espécie. O que esta propensão nos primeiros instantes de sua operação foi, desconhecemos, mas com homens acostumados à companhia, suas alegrias e decepções, tidas como os principais prazeres e dores da vida humana. Tristeza e melancolia

---

<sup>8</sup> Fala de Lady Modish, *A Dialogue on Taste*, 1755.



estão relacionadas à solidão; felicidade e prazer, ao consórcio dos homens (FERGUSON, 2007, pp. 21-22, tradução nossa).<sup>9</sup>

Ferguson traça o pendor humano para a sociedade a partir de sociedades mais simples e cujos interesses primordiais são a proteção da comunidade e o provimento de alimento e moradia. Esses elementos fortalecem os laços entre os indivíduos que se dispõem de modo amistoso para com o seu grupo e assumem uma postura belicosa contra atacantes, inimigos ou quem pose de ameaça ao grupo. Mais adiante, na mesma Seção, Ferguson (2007, p. 22) nos lembra que pensar a formação da sociedade requer profunda reflexão. E vai além, mais forte que as empatias, semelhantes gostos e afetos, são a candura e o amor devotados a um amigo em momentos de grande calamidade.

Descobertas mútuas de generosidade, provações conjuntas de coragem, redobra os ardores de amizade, e aquece a chama no peito humano, que as considerações de interesse pessoal e segurança não podem suprimir (FERGUSON, 2007, p. 22, tradução nossa).<sup>10</sup>

O afeto de amizade é posto como poderoso laço de sociabilidade entre os homens e a segurança do amigo é o que acalenta o outro, pois sua alegria e paz estão em ter parte com outro humano que partilha dos mesmos dissabores e divertimentos.

No final da Seção III, Ferguson compara as disposições diversas relativas à amizade encontradas em sociedades simples e nas refinadas (ou comerciais). As primeiras, o ardor e atenção seriam desinteressados, enquanto que na segunda, os homens se encontram, por vezes, apartados dos seus e solitários, uma vez que em uma sociedade complexa, as buscas individuais são mais variadas e os interesses se sobrepõem aos sentimentos. Ferguson trabalhará mais detalhadamente a sociedade comercial ou refinada em capítulos posteriores. Na seção analisada, ele utiliza esse comparativo para destacar a potência da amizade em ligar humanos em conjuntos e defender sua tese, inspirada em Montesquieu, de que o Estado de Natureza do homem é a própria sociedade, o presente no qual está inserido. As mudanças sociais, como se compreende pelo trabalho de Ferguson, se dão pelo desenvolvimento das artes e técnicas, o aprimoramento da economia e o refinamento dos modos, não pelo aumento ou diminuição de sociabilidade. O caráter social dos seres humanos é o que lhes fortalece

---

<sup>9</sup> “[...] to mix with the herd, and, without reflection, to follow the croud (*sic*) of his species. What this propensity was in the first moment of its operation, we know not; but with men accustomed to company, its enjoyments and disappointments are reckoned among the principal pleasures or pains of human life. Sadness and melancholy are connected with solitude; gladness and pleasure with the concourse of men.” (FERGUSON, 2007, pp. 21-22).

<sup>10</sup> “Mutual discoveries of generosity, joint trials of fortitude, redouble the ardours of friendship, and kindle a flame in the human breast, which the considerations of personal interest or safety cannot suppress.” (FERGUSON, 2007, p. 22).

quando postos no mundo, apartados de seu grupo sofrem numa existência frágil, amedrontada e miserável.

Após lermos o refinado e o rústico dos encontros sociais, com David Hume as características da “convivialidade” e os impulsos primários de união entre homens descritos por Adam Ferguson, passamos, finalmente, a categorização do termo “sociabilidade” a partir do termo “sociação” estudado por Georg Simmel.

Georg Simmel (1858-1918), sociólogo alemão autor de uma obra prolífica quanto a temas estudados, definiu a sociabilidade a partir de um conceito chamado “sociação”. Trata-se da capacidade de formar grupos, comunidades, associações cujos sentidos direcionam-se a interesses inerentes a esses grupos, sejam esses interesses “sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela casualidade ou teleologicamente determinados” (SIMMEL, 2006, p. 60-61). A sociação é uma estrutura que é construída, não é nem dada a priori nem inexistente<sup>11</sup>, assim, ela possui o caráter de constante *vir-a-ser* uma vez que depende das interações entre indivíduos para existir, suas relações são o motor da sociação (PERES et al., 2011, p. 99). Ela se dá em duas direções: de um lado o indivíduo consciente de que possui os processos para sociação e, do outro, os próprios interesses, como mencionado anteriormente, que movem tais indivíduos em seus encontros (SIMMEL, 1949, p. 254).

A sociabilidade advirá desse encontro de interesses, o que Simmel chamada de “fenômeno da sociabilidade”.

Assim como aquilo que se pode chamar de impulso artístico retira as formas da totalidade de coisas que lhe aparecem, configurando-as em uma imagem específica e correspondente a esse impulso, o ‘impulso de sociabilidade’, em sua pura efetividade, se desvencilha das realidades da vida social e do mero processo de sociação como valor e como felicidade, e constitui assim o que chamamos de ‘sociabilidade’ [*Geselligkeit*] em sentido rigoroso (SIMMEL, 2006, p. 64).

O sociólogo chamará a sociabilidade de “forma lúdica de sociação”, ou “algo cuja concretude determinada se comporta da mesma maneira como a obra de arte se relaciona com a realidade,” (SIMMEL, 2006, p. 65). A sociabilidade possui alguns princípios como a “garantia” por parte de um indivíduo em relação a outro de valores sociáveis, tais como a alegria, liberação, vivacidade. E um indivíduo doa tais valores na mesma proporção que os recebe de outrem. A sociabilidade “pode ser compreendida num sentido mais amplo enquanto

---

<sup>11</sup> Ver PATL, 2017.

capacidade de indivíduos estarem integrados à vida em grupo, inclusive no sentido da natureza de seu espírito cooperativo” (GURVITCH, 1944, p. 275, tradução nossa).<sup>12</sup> Outro princípio da sociabilidade, que Simmel chama de democrático, se dá dessa forma porque em seu modelo ideal ocorre entre *iguais*.

A igualdade, como vimos, resulta da eliminação, por um lado, do que é inteiramente pessoal, e por outro lado, do que é inteiramente material, ou seja, daquilo que a sociação encontra previamente como seu material e do qual se despe em sua condição de sociabilidade. A democracia da sociabilidade, mesmo entre aqueles socialmente iguais, é *um jogo de cena*, (SIMMEL, 2006 p. 69).

O mundo da sociabilidade é criado, “artificial”, dirá Simmel, pois é feito por aqueles que compõem determinado círculo e de maneira exclusiva para evitar desequilíbrio entre os membros devido a fatores materiais. Isto se dá pelo caráter de igualdade exigido no seio dessas trocas. A cortesia é um trato essencial no jogo de “faz de conta”, mecanismo que elimina barreiras exteriores e permite aos partícipes interagirem livres e diretos uns com os outros. A sociabilidade

demanda o tipo mais puro, claro e atraente de interação, aquela que se dá *entre iguais*. [...] É o jogo do ‘faz de conta’, faz de conta que todos são iguais, e, ao mesmo tempo, *faz de conta que cada um é especialmente honrado* (SIMMEL, 2006, pp. 70-71).

Ainda, há outro termo que contribui para o entendimento e chama-se “socialização”, entendido como “um processo através do qual criamos um EU social e um senso de pertencimento a sistemas sociais pela nossa participação neles e nossa interação com outrem” (JOHNSON, 1996, p. 267)<sup>13</sup>.

Os indivíduos, portadores dos processos de associação, unem-se num todo maior, conhecido como sociedade, movidos por interesses diversos (SIMMEL, 1949, p. 254). Neste meio, por meio do “jogo-forma”, praticam a sociedade numa “troca de estímulos” (SIMMEL, 1949, p. 261) e a conversa possibilita o acontecimento dessa dinâmica. A conversa permite uma reação intelectual imediata ao que se diz, e quem se diz reage à reação (BROADIE, 2011, p. 24). Ela impede o esgotamento e renova as forças intelectuais (SUZUKI, 2008, p. 319).

<sup>12</sup>“A way of being bound to a whole and by a whole. [...] is understood in a looser sense, that of the capacity of individuals to be integrated in group life, even in the sense of the nature of their cooperative spirit” (GURVITCH, 1944, p. 275).

<sup>13</sup> “[...] a process through which we create a social SELF and a sense of attachment to social systems through our participation in them and our interactions with others”.

### 3. INSPIRAÇÕES METODOLÓGICAS

A abordagem histórica no estudo da Teoria Política consiste na leitura crítica do autor ou autores estudados, sem reduzir a pesquisa às obras do autor, mas buscar entender seu entorno, seu contexto, o local onde viveu, as pessoas com quem conversou e as ideias que partilhou. Norberto Bobbio (2000) explica que a análise conceitual não se prende apenas no estudo linguístico do discurso político, mas se entrelaça com a análise factual, com a metodologia das ciências empíricas, sendo fundamental à filosofia política o estudo dos principais conceitos a começar pelo próprio de “política” (pp. 99-100). Nesse sentido, valendo-se das operações intelectuais desenvolvidas pelo método conhecido como ‘contextualismo linguístico de Cambridge’, abordagem esta que se tornou bastante influente desde que as primeiras publicações que trabalham com essa temática foram à lume, a atenção às suas proposições atraiu tanto aos adeptos quanto aos críticos (SILVA, 2010, p. 299). Um marco para esta escola foi a edição crítica de *Dois Tratados sobre o Governo*, de John Locke em que se lia que sua principal contribuição

havia sido concebida e escrita muito anos antes da Revolução Gloriosa de 1688-89. O fato é que se formara uma longa tradição, sedimentada há mais de dois séculos, que dava por líquido e certo que o texto de Locke era posterior à queda de Jaime II, e que fora escrito com a finalidade explícita de legitimar a ascensão de Guilherme de Orange (LOPES, 2011, p. 182).

Como relevantes expoentes, temos os trabalhos de Quentin Skinner e John Pocock, utilizados aqui, e John Dunn. A crítica se direcionava, sobretudo, à “carência de historicidade e o pragmatismo imediatista predominantes na História do Pensamento Político anglo-americano” (*ibid*, p. 182). Ao formularem seu método, esses professores se basearam nos trabalhos de Robin George Collingwood a quem

[...] a interpretação das ideias passadas seria possível porque, escapando da ação corrosiva do tempo, o pensamento tornar-se-ia matéria acessível em diferentes épocas pois, para além de um sentido do texto, poderia revelar-nos uma intenção, ou seja, que ‘efeitos’ sociais o autor pretendia produzir com o seu escrito (LOPES, 2011, p. 181).

Entender o pensamento em sua ação e adentra-la. Relacionar o evento descoberto com o interior do acontecimento. Mergulhar no período estudado e considerar não apenas os grandes textos, mas uma gama de publicações que existiam nos arrabaldes intelectuais frequentados pelos autores, panfletos, revistas, ensaios. No mesmo artigo de Marcos Lopes que citamos

acima, há uma passagem destacada em que Hobbes, em *Elementos da Lei* (1640) fazia advertência semelhante, reproduzo-a:

Ainda que as palavras constituam-se nos registros que nos restaram das opiniões e desejos dos outros, seus equívocos são tão comuns, de acordo com a diversidade de contextos e da companhia em que andam, que deve ser extremamente difícil descobrir as opiniões e o significado daqueles homens que se foram há muito tempo, e que não nos deixaram outro testemunho disso, a não ser os seus livros (*ibid*, p. 188).

O que Pocock (2003, p. 33) chama atenção para “aprender e reconhecer os diversos idiomas do discurso político” e Skinner (1999, p. 21) busca empregar retórica “da maneira como o próprio Hobbes a entenderia [...]”. O historiador “tem de recordar-se sempre de que o acontecimento foi uma ação, e que sua tarefa essencial é meter-se ele próprio no interior dessa ação, é discernir o pensamento do seu agente” (SILVA, 2010, p. 306).

Apresentamos abaixo em esboço das contribuições de Quentin Skinner e John G. A. Pocock para o “contextualismo linguístico” e finalizamos com o apanhado geral desta metodologia.

### 3.1. QUENTIN SKINNER

Quentin Skinner, nascido em 26 de novembro de 1940, historiador das ideias intelectuais e tido com um dos fundadores da “Escola de Cambridge” de História do Pensamento Político, foi Professor Régio de História na Universidade de Cambridge, atualmente é co-diretor do *Centre for the Study of the History of Political Thought* em Queen Mary, Universidade de Londres. Dentre suas principais obras, encontram-se os trabalhos dedicados ao estudo do republicanismo e de autores, tais como *Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes* (1996), *Hobbes e a Liberdade Republicana* (2008), *Liberdade antes do Liberalismo* (1998), *Visões da Política* (em três volumes, 2002) e *As Fundações do Pensamento Político Moderno* (1978, a edição brasileira contém um volume, no original, em inglês, são dois). Contudo, um estudo que causou bastante polêmica foi a publicação de *Meaning and Understanding in the History of Ideas* (1969) na qual refuta os críticos por utilizarem abordagem que ele chama de “textualista” e reafirma os pressupostos da metodologia conhecida como “contextualismo linguístico”. (Que também refuta o “contextualismo sociológico”).

Para Skinner, a alternativa tanto ao textualismo quanto ao contextualismo sociológico reside na recuperação da tradição intencionalista da filosofia da história e na aplicação de seus princípios na elaboração de uma metodologia voltada para a interpretação de textos. [...] A inexistência de “ideias perenes” na história da teoria política decorre do fato de que todo autor, por mais inovador que seja, está irremediavelmente situado num universo de convenções linguísticas que são, ao menos em parte, exclusivas do contexto de enunciação (SILVA, 2010, pp. 305-306).

O método utilizado por Skinner teve influência dos trabalhos anteriores desenvolvidos por Robin George Collinwood, no âmbito do pensamento histórico, que compreendia “sujeito” e objeto” como “artefatos feito do mesmo material”. Há o sentido de “conversa” entre autor e leitor, donde a mensagem do primeiro estaria acessível a diferentes épocas. Ao segundo, caberia compreender as “intenções” e “efeitos” que o texto se pretendeu em sua época ao se voltar para as circunstâncias em que fora escrito. (LOPES, 2011, p. 181). Para tanto, o leitor, ou historiador, tem como tarefa essencial adentrar o interior da ação realizada no passado para compreender o que pensava o agente (SILVA, 2010, p. 267). Outra influência essencial para o desenvolvimento da metodologia foi o trabalho *Investigações Filosóficas*, de Ludwig Wittgenstein (1958, p. 146), de onde provém a ideia de significado (*meaning*) ao afirmar que “palavras também são atos”. James Langdon Austin no trabalho *How to do Things with Words* (1975) mapeia os usos da linguagem e suas aplicações em três atos de fala: 1) dimensão locucionária – conteúdo proposicional do proferimento e manifesta no ato de dizer (*of saying*) algo; 2) dimensão ilocucionária – o que o agente está *fazendo* ao dizer (*in saying*) algo (é nesta dimensão que reside a *força* da ação, sua intenção de dizer algo); 3) dimensão perlocucionária – os efeitos produzidos pelo ato de fala na audiência, aquilo que ocorre por se dizer (*by saying*) algo (SKINNER, 1999, pp. 94).

Skinner comenta sobre o uso do contextualismo em seu próprio trabalho, como poder ser lido na “Introdução” de *Razão e Retórica da Filosofia de Hobbes* (1999) ao utilizar tal abordagem para “o estudo e interpretação de textos históricos. A essência do meu método consiste em tentar situar esses textos em contextos que nos permitam, por sua vez, identificar o que seus autores estavam *fazendo* ao escrevê-los [...]” (SKINNER, 1999, p. 22). Adiante ele próprio assume: “Procuro levar a sério as implicações do fato de que, como diz Wittgenstein em suas *Investigações filosóficas*, ‘as palavras também são atos’[...]” (SKINNER, 1999, p. 23).

As duas pretensões (*claim*) que Skinner propõe para o estudo da história das ideias são: primeiro, ao invés de se estudar somente o que o autor quis dizer e seu contexto, deve-se estudar as mais diversas situações, que podem mudar em formas complexas, nas quais uma

palavra ou grupo de palavras podem ter sido logicamente utilizados – todas as funções que a palavra pode servir, todas as várias coisas que podem ser feitas com elas. O grande erro está não apenas em procurar o “sentido essencial” da “ideia” como algo deva essencialmente “permanecer a mesa”, mas mesmo em pensar em qualquer significado “essencial” (ao qual escritores individuais “contribuem”). A apropriada e célebre fórmula – ao mesmo para os filósofos – é que devemos estudar menos o significado das palavras, mas seu uso. Como explica Skinner (1969, p. 37, tradução nossa):

Pois qualquer ideia dada pode, em última instância, ser dita, neste sentido, ter qualquer significado que possa tomar forma de um grupo de palavras nas quais podem, então, ser excogitadas e traçadas no tempo. Ao contrário, o significado da ideia deve ser [tomada por] seus usos em diversas maneiras.<sup>14</sup>

Segundo, deriva da primeira no sentido de que estudar as ideias somente de acordo com a natureza das ocasiões e atividades, o que pode ser chamado de jogos de linguagem, seguindo esse modelo, o projeto de se estudar a história das ideias deve repousar num erro filosófico fundamental (SKINNER, 1969, p. 37). Nesse sentido, o esforço intelectual de Skinner foi direcionado, principalmente, a dois objetivos centrais: 1) a revisão de abordagens influentes no estudo da história do pensamento político, identificar o que o autor chama de mitologias; 2) propõe um novo programa para disciplina (FERES JR., 2005, p. 656), *prolepsis*, definida por Elías Palti (2007, p. 299) nos seguintes termos: “a busca de significação retrospectiva de uma obra, que pressupõe a presença de certo *telos* significativo implícito nela e que só se revela no futuro”.

### 3.2. JOHN POCOCK

John Greville Agard Pocock, nascido em 7 de março de 1924, historiador de teoria política é um dos teóricos e difusores da pesquisa histórica cuja metodologia consiste no estudo da história das ideias a partir de seu contexto. Professor emérito da Universidade John Hopkins, suas principais obras são *The Ancient Constitution and the Feudal Law* (1957), *Politics, Language and Time* (1971) e *The Machiavellian Moment* (1975), obra fundacional do neo-republicanismo (TORRES, 2016, p. 123). O conceito cunhado neste livro há uma dupla referência: uma ao próprio momento em que o pensamento de Maquiavel aparece e outra, para denotar o enfrentamento interno da república entre seu fim no tempo ainda que se

---

<sup>14</sup> For any given idea cannot ultimately be said in this sense to have any meaning that can take the form of a set of words which can then be excogitated and traced out over time. Rather the meaning of the idea must be its uses in various ways” (SKINNER, 1969, p. 37).

debatendo contra eventos contrários à moralidade e à estabilidade política de si própria (SILVA, 2010, p. 42). Contudo, o trabalho de Pocock é abrangente e traça o encontro da história com a teoria política, resgata o passado clássico de Grécia e Roma e retoma Maquiavel para analisar a república moderna, Estados Unidos da América, trabalhando as temáticas de lei e constituição, republicanismo, linguagens políticas, historiografia. Assim como Skinner, Pocock é um dos personagens relevantes da questão da “virada linguística”, associado à “Escola de Cambridge”, é, ainda, “reconhecido [...] o seu contributo para a fixação de um tipo de pesquisa genericamente definido como ‘contextualismo’, isto é, o estudo de ‘textos em contexto’,” (UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2010, pp. 428-29). Ainda, como salienta Cícero Araújo (2000, p. 31) em entrevista feita com Pocock para Revista Lua Nova, em 2000, “seus trabalhos sempre procuram salientar a continuidade de padrões de pensamento político aparentemente muito remotos – no caso, o passado britânico – mesmo em rupturas históricas [...]”.

Um problema inicial encontra-se na denominação da área de estudo que por vezes se confunde em termos semelhantes como “História das Ideias”, “História do Pensamento Político”, “História das Ideias Políticas”, “História da Teoria Política”. Em artigo publicado em 1965, John G. A. Pocock propõe uma elucidação para as abordagens em estudos da natureza que o nosso próprio participa. Propõe que o estudo das ideias políticas do passado devem ser tomadas por três abordagens diferentes: a) *historiador*: trata-se do estudo da linguagem utilizada em dada sociedade para discutir problemas políticos e, da luz lançada muitas vezes acidentalmente, pelo uso daquela linguagem sobre o caráter daquela sociedade e dos eventos que acontecem nela; b) *cientista político*: o estudo da ascensão e do papel de uma linguagem política organizada na atividade política da sociedade, ou na atividade política da sociedade em geral; c) *filósofo político*: o estudo das ideias do passado com vistas em seu valor de uso, reformulação, crítica ou emprego como fundação para outras proposições ao se fazer afirmações sobre política considerada de maneira abstrata (POCOCK, 1965, p. 549).

No caso das definições dos termos, temos “teoria política” como a construção de afirmações heurísticas e normativas, ou sistemas de tais afirmações, sobre uma área da experiência e atividade humana chamada “política” ou “o político”. Ainda, a “teoria política” é uma disciplina que possui suas próprias regras, ou seja, as afirmações apontam para a construção de reconhecimento de certos procedimentos segundo sua própria construção e que podem ser validados e criticados. A “filosofia política”, por sua vez, trabalha com as questões sobre como tais procedimentos foram e têm sido construídos, a quais capacidades mentais



eles se direcionam, se suas reivindicações de validade são ou foram justificáveis e se, ou como, é possível construir uma disciplina chamada “teoria política” (POCOCK, 2008, pp. 165-66).

Pode-se fazer, agora, a distinção entre as abordagens do teórico, do filósofo e do historiador. O primeiro fará afirmações que concordem com os modos de validação; o segundo se perguntará o se e o como é possível construir tais modos de validação; por fim, o historiador, tratando das narrativas, se perguntará “o que houve?”, ainda mais amplo, Pocock (2008, p. 166) elucida,

“o que acontecia quando o texto aconteceu?”. Ele buscará caracterizar, avaliar, elucidar (mais que explicar), e, portanto, como última análise, narrar as ações realizadas no passado registrado; e se foram feitas de acordo com, e até em busca de, certos modos de validação, ele estará interessado em sua realização mais do que em sua validação, e nas validações, procurará, também, o contexto que possibilitou que essas performances ocorressem como se deram [...].

Com essa abordagem, o historiador perscruta as ações e atividades da teoria política ao posar seus questionamentos sobre o que acontecia quando tal e tal ação eram realizadas, as respostas aparecem como narrativas dessas ações e suas consequências (POCOCK, 2008, p. 167).

O termo-chave neste estudo é “contexto”, no qual os textos e padrões do discurso político são situados em seu local de acontecimento, por assim dizer. Os historiadores que trabalham a partir desse método se preocupam em localizar na literatura política de qualquer período os atos de fala ou atos de escrita, as articulações feitas pelos autores numa ou várias linguagens disponíveis em sua época. O contexto é formado a partir as ações dos atores como agem em suas performances dentro e sobre elas, formam, assim, as histórias das linguagens que se utilizam em suas falas.

Os contextos podem ser os mais variados, tais como, político, religioso, social, histórico. Tão importante quanto o que os autores pensavam estar acontecendo é o que o historiador pensa que estava acontecendo. Pocock (2008, p. 168) destaca que a “História é o estudo do comportamento subjetivo”. Os contextos podem ser interseccionais quando da ação do autor ou autores. Quer dizer, um autor escreveu algo com uma intenção e este texto poderá ser lido por outros com intenções diversas. Ainda, um mesmo autor pode escrever um texto em mais de um contexto e ainda assim ser lido em contextos diferentes. Ou seja, um texto pode ter um propósito acadêmico e encontrar recepção em clubes de debates, em círculos intelectuais, adquirir tons propagandistas, etc.

Pocock (2003, p. 24) define a História do Pensamento Político como o estudo das atividades de homens e mulheres de pensamento; uso de linguagem autocrítica e autodepuradora, que sofreu mudanças no decorrer do tempo, “torna-se [...] a história [...] das interações entre *langue* e *parole*; [...] tem uma história justamente em virtude de se tornar discurso”, (POCOCK, 2003, p. 28). Para aplicar o método, deve-se fazer a pergunta formulada por Skinner: “o que aquele determinado autor *estava fazendo* quando compunha sua obra?” Outras questões pertinentes buscam nos textos estudados desvendar por trás do véu do tempo as intenções que carregavam os atos de fala, a retórica, enfim, o direcionamento inicial que os autores pretendiam em seus trabalhos. Podemos levantar perguntas como: Quais eram suas motivações naquele período de sua vida?; A quem se dirigiam aquelas palavras e escritos?; O que tais ideias significavam no tempo em que foram concebidas?; Por que foram concebidas?; De que forma foram utilizadas?; Que tipo de resultado efetivo as ideias pretendiam alcançar, ou seja, quais ações práticas tencionavam desencadear? etc. Isto posto, passa-se a uma reconstituição do sentido histórico das ideias, que vai por uma apreensão da linguagem política utilizada, ou seja, uma imersão no universo cuja investigação se dá, compreensão do “vocabulário normativo”, a fim de acessar o sentido original de uma obra de pensamento, e do “estilo retórico” do conjunto de autores. A investigação histórica pode caminhar por três momentos a fim de verificar o uso de determinada linguagem, a) o idioma foi utilizado por diversos autores; b) o idioma tem utilização recorrente nos textos e contextos; e, c) se há a expressão de consciência, por parte dos autores, do uso do idioma (POCOCK, 2003, pp. 33-34).

### 3.3 REINHART KOSELLECK

Reinhart Koselleck nasceu em Gorkitz, Alemanha, em 23 de abril de 1923. Foi professor das seguintes universidades: Bochum, Heidelberg e Bielefeld. Dentre suas principais obras estão sua tese de doutorado *Kritik und Krise* (1954) – que foi publicada no Brasil como *Crítica e crise: contribuição à patogênese do mundo burguês* (1999), *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* (2006, na edição brasileira). As duas últimas obras foram editadas pela Contraponto Editora. E foi responsável pelo imenso dicionário de conceitos *Geschichtliche Grundbegriffe. Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland* [Conceitos básicos de história. Um dicionário sobre os princípios da linguagem político-social na Alemanha], obra em nove volumes publicados em Stuttgart entre 1972 e 1997” (SOUZA, 2011, p. 226).

Koselleck define “história dos conceitos” como algo que se ocupa, sobretudo, dos textos e dos vocábulos. Seus métodos provêm da história da terminologia filosófica, da gramática e filologia históricas, da semiologia e da onomasiologia. Assim, nem toda palavra gera um conceito, é necessário que possuam sentidos que interessem, “conceitos para cuja formulação seria necessário um certo nível de teorização e cujo entendimento também é flexivo” (1992, p. 135). As palavras são determinadas pelo seu uso, enquanto que os conceitos possuem polissemia. Os conceitos reúnem diferentes totalidades de sentido (2006, p. 109). A história dos conceitos se desenvolve a partir das tradições da filologia, história da filosofia e da hermenêutica, surge como resposta à “da insuficiência da história do espírito (*Geistesgeschichte*) de corte hegeliano e da história das ideias (*Ideengeschichte*) tal como explorada por Dilthey e seus seguidores,” (JASMIN, 2005, p. 31).

Os conceitos passam por processos de teorização, a partir de dados empíricos e tratamento das fontes, pode-se chegar à sua gênese. Em seu expressivo trabalho *Futuro Passado* (2006), traça a diferença entre história dos conceitos e história social, que se preocupa em compreender a formação das sociedades, das estruturas que lhe dão conteúdo, “as relações entre grupos, camadas e classes; ela investiga as circunstâncias nas quais ocorreram determinados eventos, focalizando as estruturas históricas de médio e longo prazos, bem como suas alterações (p. 97).

Ao trabalhar com história dos conceitos, atenta-se ao contexto formador, à retórica utilizada e às transformações pelas quais o conceito sofre com o passar do tempo, com as alterações institucionais, assim como a sua transmissão é feita pelas gerações seguintes. Os conceitos podem ser ressignificados e tornarem-se indicadores de transformações políticas e sociais.

A isso segue uma exigência metodológica mínima: a obrigação de compreender os conflitos sociais e políticos do passado por meio das delimitações conceituais e da interpretação dos usos da linguagem feitas pelos contemporâneos de então. [...] a história dos conceitos é, em primeiro lugar, um método especializado de crítica das fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político e que analisa com particular empenho expressões fundamentais do conteúdo social ou político, (KOSELLECK, 2006, p. 103).

O estudo dos conceitos é uma matéria que aponta para o futuro, pois em sua formação enquanto disciplina vem de uma transformação no próprio conceito de história. Em *Futuro Passado* Koselleck esclarece a mudança entre história (*histoire*), que estava ligada às diversas histórias e relatos utilizados como modelos exemplares e registros de um passado glorioso ou,

ainda, como maneira de solidificar tradição onde estavam inseridos. Substitui as histórias o conceito de História (*Geschichte*) que trata do acontecimento em si.

Para o estudo dos conceitos é possível estudá-los de duas perspectivas, uma sincrônica e uma diacrônica. A primeira está no âmbito dos termos que Koselleck chama de “espaço da experiência” e de “horizonte de expectativa”, concorrem no espaço e tempo, estão ligados a determinado período. A segunda possibilita a tradução dos significados lexicais que estavam em uso no passado para a compreensão no presente. As perspectivas se complementam.

Em sua segunda etapa da investigação os conceitos são separados do seu contexto situacional e seus significados lexicais investigados ao longo de uma sequência temporal, para serem depois ordenados uns em relação aos outros, de modo que as análises históricas de cada conceito isolado agregam-se a uma história do conceito. Finalmente, neste estágio da investigação, o método histórico-filosófico se sobressai por seu caráter histórico-conceitual; é finalmente neste estágio que a história dos conceitos perde seu caráter subsidiário em relação à história social, (*ibid*, pp. 104-105).

Sustentada por seus próprios métodos, a história dos conceitos passa a fornecer insumos à história social, torna-se um elemento teórico para o estudo desta. Retornando aos termos “espaço da experiência” e “horizonte de expectativa”, Koselleck explica que estes dois âmbitos formam o que se pode chamar de “tempo histórico”. A modernidade insere-se na dilatação entre os dois. O espaço de experiência afastasse para um passado distante enquanto que o horizonte de expectativa situa-se muito além das vistas. O tempo moderno se caracteriza por sua novidade constante, desafiadora.

Realizar esse movimento de incorporação, ao conhecer o meio em que os autores viveram e se relacionaram, aprender a “retórica” e o “idioma”, é um processo de aprendizado e compreensão das “intenções” dos “atos de fala” usados pelo autor, ou autores. “Como as ideias não se separam da linguagem, é sempre por um processo de incorporação da escrita do autor do passado que se ganharia o poder de pensar o que ele mesmo buscava pensar” (LOPES, 2011, p. 190). Desse modo, prosseguiremos à nossa investigação acerca das convivências e sociabilidade dos *literati* escoceses no século XVIII.

#### **4. ESCÓCIA NO SÉCULO XVIII, *LITERATI* E SEU MEIO**

##### **4.1 A ESCÓCIA ANTES DOS *LITERATI***

O casamento entre dois Estados que por mais de trezentos anos se debateram em combates e disputas sangrentas sobre o rio Tweed não aconteceu sem mágoas e conflitos.

Inglaterra e Escócia nasceram de povos guerreiros. A primeira com os saxões e a segunda com os Scots, os Picts e os celtas irlandeses, sobretudo em sua porção das Terras Altas e na região da Fronteira<sup>15</sup>. As lendas escocesas e seu cancionero estão repletas de odes e baladas exaltando os feitos dos heróis nacionais como Robert The Bruce e William Wallace em suas campanhas contra os usurpadores, lenientes e selvagens povos do Sul. A Inglaterra, por sua vez, assento dos governadores romanos, orgulhosa de sua organização política e sua carta Magna, com o constante problema dos Nortenhos a perturbarem a vida dos habitantes da Northumbria. Ou seja, um reino que aumentava em riqueza e poderio militar lidava constantemente com complicados vizinhos ao Norte, que não cederiam seu estilo de vida, riquezas e território para seus principais inimigos. A União levou bastante tempo para se concretizar. Um fato, talvez, tenha aproximado os laços dos dois reinos. Os problemas da sucessão causados durante o reinado de Henrique VIII puseram no trono inglês o monarca da Escócia.

Henrique casara-se três vezes e três possíveis herdeiros surgiram desses matrimônios: Maria, Elizabeth e Eduardo. Numa série de atos do parlamento inglês e suas respectivas revogações, a linha sucessória alterou-se na mesma medida. As Coroas de Escócia e Inglaterra unem-se em 1603 após a morte de Isabel I, que não deixa herdeiros. A próxima dinastia a ascender ao trono inglês é a Stuart, na figura de Jaime VI de Escócia. A sua coroação representa a união dos reinos, Escócia e Inglaterra são governadas pelo mesmo rei. Filho de Maria I de Escócia, a prima católica de Elizabeth, condenada à morte por conspirar contra a rainha, Jaime fora criado como protestante e seu nome governará os dois reinos durante quase todo o século XVII. Seu filho Carlos I não conclui o reinado ao ser decapitado no auge da Guerra Civil (1642-1651). Carlos II é exilado no continente europeu após ser derrotado pelas forças de Oliver Cromwell na Batalha de Worcester (1651). Este, que segundo relata David Hume em *História da Inglaterra* (1754-61; 2015, p. 362), teve dificuldades em manter seu poder, pois não contava “com a confiança de nenhum dos partidos, [não sustentava] seu título em qualquer princípio, civil ou religioso [...]”, e a república enfraquecia-se com a fragilidade de seu líder, posto que Cromwell devia tomar todas as precauções para preservar sua vida contra os ataques de abundantes inimigos. A ironia histórica que Hume faz questão de notar tem a ver com a ancestralidade, “era de boa família, de nome Stuart; parente remota, insinuam alguns, da família real [...]” (HUME, 2005 p. 369).

---

<sup>15</sup> Em inglês, *Border*, é um acidente geográfico e assim referido ao sudoeste escocês.

Carlos II retorna à Inglaterra nove anos depois com a morte do *Lord Protector*<sup>16</sup>, após a crise instaurada que leva à restauração monárquica. Falece em 1685 sem deixar herdeiros, seu irmão, Jaime II assume o trono, contudo, era católico e sob influência dos jesuítas e franceses (daí já se percebe a fúria inglesa ao ver seu rei ser aconselhado por católicos), montou um exército de 30 mil homens. Passou a confiar na força das armas e desafiar o parlamento Tory, os magistrados rurais e a Igreja Anglicana. Nisso ele arregimentou o maior número possível de católicos romanos para seu exército, como ainda sim o número era insuficiente, trouxe irlandeses pobres para preencher os espaços. Essas atitudes irritaram o Parlamento, Igreja, etc. (TREVELYAN, 1958, p.467). O receio do Parlamento era de que esse exército de James II subjugasse as leis a seu favor e alterar o regime da Igreja. Ou seja, o rei se armava contra a religião estabelecida e a ordem. A Revolução Gloriosa se ergue para evitar tais mudanças. Seus opositores buscam auxílio nas armas de Guilherme d'Orange, soberano dos Países Baixos e casado com a filha de James II, Maria.

Quando deposto, em 1688, Jaime II procurara guarida junto ao principal inimigo da Inglaterra, o rei francês Luís XIV, o que fortalece o argumento de seus adversários sobre o rei ser católico e falhar na defesa da fé protestante. Na política interna, em 1690 é abolida a comissão *Lords of Articles* – pertencente ao Parlamento Escocês que escrevia projetos de lei a serem apreciados pela assembleia – por ter se tornado um expediente de controle por parte da Coroa para controlar o Parlamento. Alguns clãs, como os Camerons, Appin Stewarts, os MacLeods e os MacDonalds de Glencoe, haviam se beneficiado com tal expediente e tinham interesses em manter Jaime II no trono. “Estes foram os primeiros sintomas de jacobitismo, inspirados, talvez, menos pela lealdade aos volúveis Stuarts que pela resistência à mudança do centro de poder de Edimburgo para Londres,” (HERMAN, 2001, p. 26). Guilherme e Maria assumem o trono em seu lugar, num caso único na história da monarquia britânica de monarquia conjunta.

O ano de 1707 é marcante na história escocesa. A Escócia perde seu Parlamento e ganha assento em Westminster, em minoria; boa parte da aristocracia e nobreza mudam-se para Londres, que passa a ser o centro do recém-nascido Reino Unido. A União dos Parlamentos transformaria a vida na Escócia, que à época era encontrava-se num estado econômico deplorável, com poucos direitos políticos, vivendo num arranjo ainda feudal (TREVELYAN, 1958, p. 480). No entanto, unir-se à Inglaterra política e economicamente se provará vantajoso aos escoceses, sobretudo, o acesso que estes passam a ter aos mercados

---

<sup>16</sup> Título utilizado por Oliver Cromwell enquanto chefe de Estado durante a República (*Commonwealth*).

dominados pelos ingleses. Na década de 1690, um movimento expansionista escocês tentou, sem sucesso, estabelecer uma colônia mercante no território em que hoje se encontra o Panamá, no Golfo de Darién, que se chamaria *Caledonia*. O movimento ficou conhecido como *The Darien Scheme* e seria uma resposta à pobreza e miséria em que boa parcela da população se encontrava<sup>17</sup>. Devido ao mal planejamento e organização, fracassou em pouco tempo, principalmente após ser confrontado com o poderio da Armada Espanhola. O fim dessa aventura deixou as *Lowlands* praticamente falidas. Essa bancarrota fortaleceu argumentos de grupos a favor da união com a Inglaterra.

O que não se tratou de acordo simples. Muitos escoceses se opunham à ideia de perderem seu parlamento e unirem-se politicamente à Inglaterra. Henry Graham (1906, p. 82) relata que a União era impopular entre os habitantes da cidade por tê-los privado de sua dignidade nacional. O autor escreve que

o pináculo da glória de Edimburgo aconteceu antes da União de 1707, no tempo em que as reuniões do Parlamento Escocês, convergiam à capital os nobres e pessoas de qualidade de todo o país, quando periodicamente a cidade estava plena das gentes mais prósperas, notáveis e bem-nascidas da terra (GRAHAM, 1906, p. 81, tradução nossa).<sup>18</sup>

Se, por um lado havia pompa no desfile dos membros do Parlamento Escocês, do outro, pisava-se na sujeira das ruas e sentia-se o cheiro ruim dos dejetos. Cantilena famosa naqueles tempos era o aviso gritado pelas janelas de “Gardy loo” (*Gardez l’eau*). As pessoas lançavam os dejetos domiciliares nas ruas e os desavisados poderiam ser lavados na porcaria (GRAHAM, 1906, p. 83). Por outro lado, os ganhos com a União foram maiores: a absorção da Escócia ao mercado Inglês, a manutenção de Edimburgo enquanto capital oficial e cultural da Escócia, com a perda do poder político que, agora, passava a compor o Parlamento do Reino Unido. Um sacrifício amargo, escrever Trevelyan, mas

[...] era o preço necessário para sua expansão econômica e material. O sacrifício era mais tolerável porque tanto o *Privy Council* quanto o Parlamento em si, eram pouco de pouco agrado do povo, exceto enquanto símbolos da independência política. A Assembleia da Igreja possuía raízes mais profundas nas afeições diárias das multidões, e, a religião escocesa,

<sup>17</sup> IBEJI, Mike. *The Darien Venture*. [http://www.bbc.co.uk/history/british/civil\\_war\\_revolution/scotland\\_darien\\_01.shtml](http://www.bbc.co.uk/history/british/civil_war_revolution/scotland_darien_01.shtml). Acesso em 5 fevereiro de 2018.

<sup>18</sup> “[...] the height of Edinburgh glory was before the Union of 1707, in the days when meetings of the Scots Parliament drew to the capital nobles and persons of quality from every county, when periodically the city was full of the richest, most notable, and best-bred people in the land [...]” (GRAHAM, 1906, p. 81).

como sua lei, foram mantidas intactas e separadas pelo Ato de União [...] (TREVELYAN, 1958, p. 481, tradução nossa).<sup>19</sup>

A União política dos dois reinos era pauta antiga, havia sido proposta pelo rei Jaime I nos anos iniciais de seu reinado ao Parlamento, contudo, não fora aprovado (HILL, 2012, p. 14). Torna-se bandeira de Guilherme III e Maria I, mas se concretiza somente no breve governo de Anna. Poucos dias antes de falecer, Guilherme III havia enviado a seguinte mensagem para consideração do Parlamento:

Sua majestade estimaria numa felicidade particular se durante seu reino um feliz expediente, de tornar ambos os reinos um só, tomar lugar. É, por isso, extremamente desejoso de que um tratado com este propósito tome pé, e o recomenda da maneira mais sincera este assunto para a consideração da Casa (MATHIESON, 1905 p. 70).

As comissões são formadas a partir de 1705 de modo bastante polêmico, uma vez que a Coroa havia selecionado tanto a comissão inglesa quanta a escocesa, deu voz e assento a homens que estavam inclinados em aceitarem os acordos.

O líder das forças pró-União no Parlamento era James Douglas, Marquês de Queensberry. Suas ordens eram simples: assegurar a ratificação do tratado por quaisquer meios necessários, até, e incluindo, a compra de votos para que se realize. Londres havia, inclusive, providenciado a ele com suborno de vinte mil libras para ajudar na persuasão de seus argumentos. Contemporâneos, mais tarde historiadores, fariam um alarde sobre como o dinheiro secreto “comprou” o Parlamento Escocês [...] (HERMAN, 2001, p. 34).

Muitos nobres escoceses haviam perdidos grandes quantias em dinheiro com o *Caso Darien*. Com isso em vista e a precariedade da economia da Escócia, muitos viam a União dos Parlamntos como um duro, porém, necessário preço a se pagar para maior autonomia econômica. As questões não se resolveriam tão facilmente, apesar de se encaminharem para a União. Alguns pontos forneceram combustível para que o processo ocorresse o mais rápido possível. Luís XIV havia reconhecido o “Velho Pretendente<sup>20</sup>” como rei legal de Inglaterra e Escócia, o que assustou Whigs e Tories com a possibilidade de o pretendente tomar o trono para si e subverter a ordem assegurada na *Bill of Rights* (1689) e retirar a relevância do Parlamento Inglês. Outro ponto tratou-se da ratificação do *Alien Act*, efetivado em março de

---

<sup>19</sup> “[...] it was the necessary price for her material and economic expansion. The sacrifice was the more tolerable because neither Privy Council nor Parliament was in itself very dear to the people, except as a symbol of national independence. The Church Assembly was more rooted in the affection and the daily life of multitudes, and Scottish religion, like Scottish law, was left intact and separate by the Act of Union [...]” (TREVELYAN, 1958, p. 481).

<sup>20</sup> *The Old Pretender*, refere-se a James III, filho de James II, exilado na França.



1705, que tornava os escoceses estrangeiros no reino de Inglaterra, incluíam-se todos os escoceses residentes ou não na Inglaterra, Irlanda ou colônias, que estivessem a serviço do exército ou marinha inglesas. Ademais, impediam a troca de suplementos como gado, carvão, tecido, armamentos, cavalos, etc., na fronteira dos dois países. Essas medidas eram meios de acelerarem o aceite por parte da Escócia em abrir negociações para a União.

A conferência para a União teve início no dia 10 de novembro de 1706, em Westminster e se alongou até janeiro de 1707, quando foi ratificada. Os principais pontos do tratado referiam-se ao número de assentos dos parlamentares escoceses, ficando 45 postos na Casa dos Comuns e 16 na dos Pares; o Conselho Privado Escocês [*Privy Council*] foi abolido; o sistema legal escocês foi mantido, contudo, podendo ser submetido à supervisão do Parlamento. A uniformidade recaiu-se sobre a cunhagem de moeda, que agora passaria a rodar entre os dois países; foi adotado um novo selo, que representaria a Grã-Bretanha – o mesmo se deu com a bandeira, donde surge a Union Jack em sua primeira versão com a junção das cruzes de St. André e São Jorge, padroeiros de Escócia e Inglaterra, respectivamente. Foram ratificados 25 artigos, tendo a última sessão lugar no dia 3 de outubro de 1706.

A União dos Paramentos deu-se em meio a uma “atmosfera de considerável urgência” (LANGFORD, 1988, p. 410) ante às ameaças de um pretendente católico ao trono, da aliança entre Escócia e França – o que deixaria a Inglaterra encurralada entre duas forças inimigas. Houve oposição nas ruas de Edimburgo contra o tratado, tendo como principal voz opositora James Hodges, que escrevera um panfleto chamado *The Rights and Interests of the Two British Monarchies* (1702-06), no qual relatava os piores resultados que adviriam dessa junção, tais como, a corrupção dos costumes e moral escocesa, a subversão do presbiterianismo pela crença anglicana, a sujeição em todas as esferas dos escoceses pelos ingleses, etc. Uma curiosidade interessante de ser mencionada é que, segundo relatos, no dia 1º de maio de 1707, data que oficializou a União dos Paramentos, os sinos da Catedral de St. Giles ressoaram por toda Edimburgo a triste balada *Why should I be so sad on this my wedding day*.

Temos por um lado a autopreservação da Inglaterra em impedir que um país em território contíguo firmasse acordos com a França; evitar um possível desarranjo religioso (os escoceses divergiam da Igreja Anglicana, conforme coloca Daniel Defoe – escritor que durante as negociações e alianças agiu como espião para a causa unionista –, que uma das “significantes objeções” à união com os escoceses, é que estes “são presbiterianos”, porém, ele alerta aos correligionários ingleses, com contas e números, de que os *dissenters* (dissidentes, como os presbiterianos eram chamados na Inglaterra), por serem poucos

comparados aos membros da Igreja Anglicana, não posavam como perigo de distúrbio à instituição. Defoe admoesta aqueles que creem no contrário e trabalhem com os boatos dizendo-lhes

qualquer um que, no entanto, tramar preconceitos nas cabeças do povo da Inglaterra, em relação aos perigos à Igreja a partir da União, permita-me dizer-lhe, que tal ação é feita com desígnios sinistros contra a paz pública de ambas as nações, destituída, de qualquer maneira, de razão, verdade, ou da natureza das coisas (DEFOE, 1706, p. 16).<sup>21</sup>

Ainda, a União serviria para evitar uma desestabilização no poder político (MATHIESON, 1906, pp. 145-46; 155) ao enfraquecer o movimento dos jacobitas. Por outro lado, os apoiadores da União, utilizavam como principais argumentos para a aprovação do Tratado (*Treaty of Union*) a questão econômica e a questão de segurança. Abertura dos mercados para os comerciantes escoceses, livre-comércio com a Inglaterra e todo o poderio da marinha inglesa a rondar as águas do Norte. Esses argumentos não eram aceitáveis por si próprios, o nacionalismo e a tradição escoceses forjados em dois séculos em oposição à Inglaterra (MATHIESON, 1906, p. 155) formavam um grande obstáculo à concretização do acordo entre as nações. William Law Mathieson aponta, também, que o Parlamento Escocês, apesar de menor em comparação à nacionalidade, também era um obstáculo, porque “seria abolido justo quando havia entrado numa nova era de maiores liberdade e vigor (1905, p. 155). O nacionalismo escocês, como aponta Mathieson, aparecia como uma via de mão dupla, com direções opostas, que havia fortalecido a separação da Inglaterra, também o mesmo nacionalismo poderia unir os dois países.

O real poder da nacionalidade escocesa, no entanto, é vista mais conspicuamente no paradoxo aparente que um sentimento, que provou sua eficácia como um motivo de separação, foi igualmente eficaz como um incentivo à união. Como nos dias da Reforma, uma aliança com a França intendia a resistir à agressão inglesa desenvolveu, pela má-administração francesa, uma permanente reconciliação com a Inglaterra. Dessa forma, no início do século dezoito, a tentativa de emancipar o comércio escocês das amarras impostas pelas leis de navegação inglesa causou fissuras entre duas nações, que nada próximo a uma união legislativa poderia sanar. E o que o catolicismo fez para realizar no primeiro caso, o jacobitismo fez agora (MATHIESON, 1906, p. 155).<sup>22</sup>

<sup>21</sup> “Whoever therefore forms Prejudices in the Heads of the People of England, concerning Dangers to the Church from this Union, must give me leave to say, it is done with a sinister Design against the publick Peace of both Nations, and without any manner of foundation, grounded either upon Reason, Truth, or the Nature of Things.

<sup>22</sup> “The real power of Scottish *nationality*, however, is seen most conspicuously in the apparent paradox that a sentiment, *which had proved its efficacy as a motive of separation, was to be equally efficacious as an incentive to union*. As in the days of the Reformation an alliance with France intended to resist English aggression had developed, through French misrule, into a permanent reconciliation with England, so in the beginning of the

Um outro ponto que movia a política escocesa do século XVIII era a instituição da Patronagem, sistema esse que permitia aos chefes e senhores, proprietários de terras que pela hereditariedade assumiam clãs, influenciarem nas indicações de membros da Igreja. Após sancionada o Ato de Patronagem (*Patronage Act*) de 1712, os senhores (*lairds*) escoceses puderam desfrutar do mesmo direito que os proprietários de terra (*landowner*) ingleses utilizavam há mais tempo: apontar os ministros às paróquias locais. A patronagem era um método de controle e poder local que fez a diferença na sociedade escocesa, uma vez que era governada a partir de Londres, ou seja, permitia aos chefes locais controle nas decisões das cidades mais afastadas do centro, no caso, Edimburgo, por exemplo. Lembremos que ainda no século XVIII a Escócia mantinha o sistema de clãs que dominavam a política local (SMOUT, 1998, p. 261). Esta forma de política começa a ruir com as derrotas por parte dos Jacobitas nos Levantes de 1715 e 1745. Este último por meio de massacre ocorrido em Culloden, na região de Inverness (Norte escocês), realizado pelas tropas britânicas (cujos soldados eram, em sua vasta maioria, ingleses). T. C. Smout comenta que a União de 1707 foi uma vitória da nobreza e os termos da União foram acordados porque “os nobres os queriam”,

[...] o Ato de Patronagem de 1712 confirmou os ministros da Igreja da Escócia como criaturas de hereditariedade. É verdade que os ventos sopraram mais e mais para outra direção. A perda da maioria das jurisdições hereditárias em 1747 foi uma erosão do direito antigo (SMOUT, 1998, p. 261).<sup>23</sup>

Os “patrões” que ocupavam a posição de *lairds* antes da sanção do Ato tinham direito à cadeiras na Casa dos Lordes, no Parlamento. Dessa forma, participavam as decisões políticas do Reino Unido. Contudo, o principal raio de influência eram as paróquias. Os senhores indicavam os ministros que trabalhariam nas igrejas e participavam do exame de admissão do mestre-escola, o que possibilitava influenciar na formação dos jovens e da população como um todo ao respaldar esse ou aquele ministro que partilhava da visão do senhor.

---

eighteenth century the attempt to emancipate Scottish commerce from the restraints imposed upon it by the English navigation laws had caused a breach between the two nations, which nothing short of a legislative union could be expected to heal; and what Catholicism had done to compel agreement in the former case, Jacobitism did now [...]

<sup>23</sup> “[...] the Patronage Act of 1712 confirmed the ministers of the Church of Scotland as creatures of the heritor. It was true that the wind later blew more and more straws in the other direction. The loss of most heritable jurisdictions in 1747 was an erosion of ancient right”.

## 4.2 THE KIRK, A IGREJA DA ESCÓCIA

*Kirk* é o termo gaélico para igreja, assim conhecida na Escócia que desde a década de 1560 professa a fé protestante do tipo presbiteriana, introduzida aí por John Knox a partir da doutrina de João Calvino. Sua relevância atinge muito além da esfera religiosa, a fé presbiteriana fez corações e mentes, sobretudo nas Terras Baixas (*Lowlands*). O caráter político da Kirk teve desdobramentos importantes na história escocesa nos séculos XVII e XVIII. Ressaltamos que ao menos cinco dos *literati* que compunham o *Poker Club* foram ministros da Igreja e ajudaram a molda-la no sentido moderado, sendo eles partidários dessa ala.

A Igreja da Escócia é ponto de referência para a organização política da cidade de Edimburgo, principalmente, de onde irradia seu catecismo. Para além da visão de mera associação obcecada à dogmas eclesiásticos, ela representou a resistência na luta pelos direitos dos comuns, dos burgueses contra a monarquia (BUCHAN, 2004, p. 19). Durante o século XVI, quando da sua transformação em igreja presbiteriana por John Knox, foi ferrenha opositora, na figura de seu líder e seguidores, de Maria Stuart, rainha dos Escoceses, que era católica. Seu herdeiro, Jaime VI de Escócia e I de Inglaterra, foi o primeiro monarca inglês de fé presbiteriana. No século seguinte a Kirk foi ameaçada por Carlos I que impusera a cartilha anglicana de orações, o *English Prayer Book* [Livro Comum de Orações], contudo, resistiu à essa interferência. Após a restauração da monarquia em 1660, com Carlos II, o episcopado foi restituído na Inglaterra e as perseguições aos Dissidentes perturbaram a paz dos que não seguiam a Igreja Anglicana. Durante duas décadas, até a ascensão de Jaime II, os presbiterianos resistiam às pressões de Londres sobre sua fé, apoiaram Guilherme de Orange contra Jaime até o expulsarem e terem sua crença reconhecida e liberada. A partir de 1689 com a publicação do *Bill of Rights* e do *Act of Toleration*, os Dissidentes passam a gozar de plenos direitos de realizarem seus cultos. O presbiterianismo ganha força e se estabelece na Kirk.

O caminho para a moderação dentro da Igreja acompanhou a velocidade dos eventos após a União com a Inglaterra. Uma das célebres histórias acerca da rigidez marcante da doutrina presbiteriana conta sobre a condenação do jovem Thomas Aikenhead, estudante de Teologia na Universidade de Edimburgo. Acusado e, depois, condenado por blasfêmia, o jovem teria dito, durante uma caminhada numa noite fria, ao passar pela igreja, que “gostaria de estar no lugar que Esdras chamou de inferno, para se aquecer por lá”. Dias depois, alguém do grupo de amigos de Aikenhead o denunciou à autoridades da Kirk que abriram processo

contra o rapaz. O réu tentou apelar de várias maneiras em seu favor, sem sucesso. Foi condenado na véspera do Natal de 1696 e enforcado no dia 8 de janeiro de 1697 (HERMAN, 2001, pp. 3-5; BUCHAN, 2004, p. 57). A morte de Thomas Aikenhead é tida como a última condenação por blasfêmia lançada pela Igreja da Escócia. A partir de então, iniciou-se um processo de moderação nos quadros dos ministros da igreja, em suas pregações e nas regras publicadas pela Assembleia Geral.

A Assembleia Geral [*General Assembly*] é a mais alta corte dentro da Igreja, detentora do poder de fazer leis e até de realizar audiências em alguns casos de litígio. Ocorre em período demarcado no ano, geralmente em maio. Sua primeira sessão aconteceu em 1560 após a Reforma Protestante na Escócia.

Dentro da estrutura da Igreja havia dois principais partidos, de um lado, os Moderados, e do outro, o Popular (ou *High-Flyers*). Os primeiros entendiam a doutrina como algo que não se anulava ante as descobertas da ciência e da matemática, os segundos interpretavam as leis de forma mais dura e contundente. Os Moderados, principalmente a partir de 1755, conquistam ascendência na Assembleia Geral e governam a Kirk durante quase todo o século XVIII, período no qual há uma sensível alteração nos costumes e abertura para o pensamento ilustrado. Isso possibilitou a carreira de muitos jovens que fizeram parte dos quadros da Igreja da Escócia, devido à maior tolerância, principalmente com William Robertson enquanto presbítero. As reformas deram prova de que os homens da Igreja eram capazes de manter uma postura moderada, tolerante e intelectual ante as situações, maior abertura para questionamentos de dogmas, discussões sobre regras sociais, etc. Outro ponto tem a ver com a forma como o indivíduo buscava sua salvação, ou seja, a maneira de como ele agia perante aos outros, e a ênfase defendida pelos Moderados iluministas era a moral cívica (SHER, 1985, p. 56). Outro comentador escreve que a maior contribuição dos Moderados “era o controle secular do Kirk com vistas a fins políticos” (CHITNIS, 1976, p. 61).

### **4.3 OS LITERATI**

O século XVIII apresenta-se à Escócia como uma porta aberta ao progresso, um mundo de “esperanças e promessas”, mas ainda, uma nova era de “desconfianças permanentes, tensões e incertezas”. Três movimentos políticos contribuíram primordialmente para que a Escócia adentrasse o novo século liberta das amarras da religião, das frustrações da pobreza e da dependência econômica: O Acordo de Revolução (1688-1690), a União dos Parlamentos (1707) e a Sucessão da Casa de Hanover (1714). Estes acontecimentos

representavam estabilidade política, abertura de mercados, sofisticação dos costumes. Por outro lado, as coisas não se deram num curso livre de oposição, havia muita gente descontente com a União e que discordava dos termos em que se deu e das cláusulas votadas. Muitos viam as mudanças como uma maneira da Escócia tornar-se uma província inglesa, uma vez que o Estado ao sul era mais potente, rico e influente. As promessas de autonomia política seriam frustradas com a aprovação do Ato de Patronagem (1712), conforme dito acima, transferia aos senhores hereditários o direito de apontar ministros da Igreja e influenciarem a política local (SHER, 1985, pp. 23-24).

Apesar das queixas e oposições, a história tomou o seu curso e transformou a Escócia e suas cidades em capitais do saber. A abertura ao mercado do império inglês permitiu aos comerciantes e empresários escoceses novas saídas para uma produção (agricultura) que estava em expansão, devido às melhorias nas técnicas que estavam sendo empregadas na Escócia em fins de século XVII, ao clima favorável, o que favoreceu o escoamento da produção excedente (SMOUT, 1985, p. 45), destaca-se, também, a importação do tabaco que se ampliou, baseada em Glasgow (MATHIESON, p. 243).

O elemento fundamental para a existência de uma esfera pública vibrante e intensa, como comentado anteriormente, é que se dê num ambiente urbano. As cidades escocesas que possuíam o meio ideal para que os relacionamentos intelectuais ocorressem são aquelas que abrigavam (e ainda abrigam) as universidades. Outras instituições como as cortes e as instituições eclesiásticas tinham suas sedes nestas cidades, além de estarem envoltas num meio comercial efervescente. Glasgow, Aberdeen e Edimburgo apresentavam essas características. Focaremos mais na última do que nas duas primeiras, porém, quando necessário, retomaremos aspectos das outras cidades. A classe média é motor essencial para mover as engrenagens de uma sociedade urbana que se moderniza em suas instituições e sociabilidade. A Escócia, em inícios do século XVIII, conta com um estrato social mediano que aumentava e era bastante variado. Importante notar, como nos alerta T. C. Smout, o termo “classe média” aplicado neste contexto é uma forma de reunir num grupo a variedade da sociedade urbana, para seus contemporâneos, escreve, muitos não tinham nada a ver uns com os outros (SMOUT, 1998, p. 340). Smout diferencia a essência da classe média em Edimburgo e Glasgow como: na primeira encontravam-se uma profusão de profissionais liberais, enquanto que a segunda apresentava uma vigorosa classe de empresários e comerciantes (SMOUT, 1998, p. 341).

É neste meio que se traça as raízes dos *literati*. Advindos de famílias há muito estabelecidas, muitos deles possuíam parentesco e se educaram com os mesmos professores

ou trabalharam nos mesmos locais. Eles “se conheciam, viviam em seus bolsos intelectuais e estavam frequentemente a se visitarem.” (BROADIE, 2011, p. 25), reuniam-se não somente por serem favoráveis à União de 1707, mas até em casamento (BUCHAN, 2004, p.72). Fazemos um breve levantamento biográfico de alguns nomes que com o passar do tempo se tornaram relevantes quando se ler a história do Iluminismo Escocês.

Temos utilizado até aqui o termo *literati*, não à toa. Passada a discussão sobre os intelectuais, preferimos manter o termo latinizado para identificar esse grupo intelectual escocês, sem prejuízo ou confusão e, sobretudo, porque “os escoceses ilustrados chamavam-se a si mesmos ‘literati’,” (BROADIE, 2011, p. 13). O termo, primeiramente, tem a ver com homem de artes e letras “que aderiram a um amplo corpo de valores e princípios ‘ilustrados’ partilhados pelos *philosophes* europeus e americanos.” (SHER, 1985, p. 24). Estes princípios eram o amor a virtude e ao aprendizado, crença na ciência e na razão, humanismo e humanitarismo, senso de cosmopolitismo que tem a ver com a urbanidade civilizada. Intelectuais dedicados à ordem social e estabilidade com preferência a certos tipos de distrações e prazeres mundanos, tais como a conversa educada, a partilha de ideias e companhia à mesa. Aversões à religiosidade fanática e supersticiosa, à escravidão, à tortura. Estavam no horizonte a tolerância religiosa e a liberdade de expressão. Sher (1985, p. 8) conclui que por *literati* refere-se não apenas a homens de letras, mas a homens do Iluminismo. David Denby ao escrever a resenha do livro “Crowded with Genius”, de James Buchan, sumariza características principais desses *literati*: masculina, conservadora e hedonista. “Bons amigos que escrevem poesia, estudam ciências e filosofia, fazem negócios, praticam as leis e encontram-se ao fim do dia para um drinque, e sem aquele negócio de austeridade e pureza.” (DENBY, 2004).

Entre eles estava Henry Home, que após assumir a posição de Lord Ordinary of the Court of Session, recebe o título de Lord Kames. Era o intelectual mais velho do grupo estudado aqui e dedicou-se às letras concomitantemente aos seus trabalhos enquanto advogado. Foi responsável pela ampliação de temas da Biblioteca dos Advogados (Advocate’s Library), quando assumiu sua curadoria em 1737, com isso propiciou um ambiente rico para os estudos de outros dois filósofos que assumiram o mesmo cargo posteriormente, David Hume – que utilizou os insumos da biblioteca para compor sua obra *História da Inglaterra*, e Adam Ferguson, quando escreveu *An Essay on the History of Civil Society* (HERMAN, 2001, p. 77). Segundo Arthur Herman, a jornada de Kames começava por volta das 5 ou 6 da manhã e se estendia até à meia-noite, após divertimentos com amigos em tavernas e jantares para os mais chegados.

Kames amava misturar comida e bebida, incluindo-se grandes quantidades de *claret*, com discussões sérias sobre filosofia e questões legais. O amor de Kames pela boa companhia definiu o estilo e o tom da vida intelectual de Edimburgo por quase um século, ao passo que seus convidados incluíam uma série de jovens homens de gênio que dominariam o Iluminismo Escocês (HERMAN, 2001, p. 79, tradução nossa).<sup>24</sup>

Alguns nomes que lhe acompanhavam era John Millar (tutor de seu filho), professor de lei civil e o que Herman aponta como o “virtual inventor da história política moderna” (HERMAN, 2001, p. 79) e James Bowsell, que contou em seus diários muito da vida social da época, além de ter escrito a célebre biografia de Samuel Johnson, “Life of Johnson”. Também estava neste círculo David Hume, que tinha parentesco com Kames, bem como com John Home. Hume e Home disputavam qual era a melhor grafia de seu nome. John discordava, pois assumiria o nome de outro homem. Mossner nos mostra outra curiosidade: John Home a preferência em beber o vinho claro (*claret*) se dava pela antiga aliança entre Escócia e França e declarava o vinho do Porto ser mais barato devido aos acordos de importação entre Inglaterra e Portugal, e escreveu um famoso epigrama sobre o fato:

Postado estava, o Caledônio, firme e ereto,  
com seu bom vinho claro, e seu borrego velho;  
"Que beba o porto", bradou um estadista inglês --  
Ele bebeu o veneno, seu espírito se desfez.<sup>25</sup>

John Home era ministro em Athelstaneford, membro da ala chamada Moderados da Igreja da Escócia e autor da peça *Douglas* (1756) que foi centro de muita disputa na Escócia pois o teatro era considerado como algo imoral e muitos dos *literati* saíram em defesa da encenação da peça. Adam Ferguson chegou a publicar anonimamente um panfleto em defesa de peças de teatro tendo como mote central *Douglas*. Contudo, destaca Alexander Broadie, quatro figuras proeminentes da Igreja da Escócia puseram-se em favor da peça e garantiram sua apresentação, William Robertson, Hugh Blair, Alexander Carlyle e Lord Kames (BROADIE, 2011, p. 31). No contexto das disputas acerca da milícia, John Home produziu outra peça *Agis* (1757) devido ao Ato da Milícia (*Militia Act*) de 1757, que excluiu a Escócia enquanto Inglaterra e País de Gales podiam ter um corpo militar dessa natureza. Estes posicionamentos permitem-nos pensar da importância da liberdade como escrevera Hume no ensaio “Da

<sup>24</sup> “Kames liked to mix food and drink, including prodigious quantities of claret, with serious discussion of philosophical and legal issues. Kames’s love of good company set the style and tone of Edinburgh’s intellectual life for nearly a century, while his guests included a series of young men of genius who would dominate the Scottish Enlightenment” (HERMAN, 2001, p. 79).

<sup>25</sup> “Firm and erect the Caledonian stood,/Old was his mutton, and his claret good;/ "Let him drink port," an English statesman cried --/ He drank the poison, and his spirit died”.



Liberdade de Imprensa” (2008, p. 17): “Não há nada mais surpreendente para o estrangeiro que a extrema liberdade que desfrutamos neste país de comunicar o que bem nos aprouver ao público e de censurar abertamente toda e qualquer medida adotada pelo rei ou por seus ministros.”.

Além do panfleto em defesa da encenação de peças de teatro, Adam Ferguson foi ativo no debate sobre a milícia, inclusive um dos proponentes para o nome do *Poker Club*, como veremos mais à frente. Nascido na cidade de Logierait, região de Perthshire, na fronteira entre as Lowlands e as Highlands, no ano de 1723, sofreu a influência que esta posição geográfica lhe possibilitava, principalmente em seus estudos sobre as sociedades, teve como exemplo próximo a sua casa dos avanços e mudanças de técnicas empregadas em diferentes sociedades. Serviu durante nove anos o exército britânico como chapelão da brigada escocesa Sentinelas Negras (*Black Watch*) e um dos fatores determinantes em sua indicação para o posto foi o fato de falar e escrever fluentemente o gaélico. Essa proximidade com as Highlands o tornava um personagem diferente no Iluminismo Escocês (OZ-SALZBERGER, 2003, p. vii). Foi ministro da Igreja também compôs da ala dos Moderados.

Ainda entre os Moderados, temos William Robertson, Alexander Carlyle e Hugh Blair. Robertson fora o diretor da Universidade de Edimburgo e exerceu bastante influência em sua modernização quando se pensa a questão da tolerância. Fora criado em uma casa cujo pai, também chamado William Robertson, era um calvinista liberal cuja biblioteca possuía obras eclesiásticas junto a trabalhos de teólogos arminianos<sup>26</sup> (SHER, 1985, p. 25). Uma de suas grandes contribuições foi ampliar para a história da Europa a teoria dos “quatro estágios”<sup>27</sup> formulada anteriormente por Lord Kames.

Alexander Carlyle, ministro em Inveresk, conhecido como *Jupiter* por seu aspecto de divindade e ar imperioso, ou como descreveu Walter Scott “the grandest demigod I ever saw”. Carlyle, conhecido como *Jupiter* por seu aspecto de divindade e ar imperioso, descrito por Walter Scott como “o maior semideus que já vi” (tradução nossa)<sup>28</sup>. Nasceu em Cummertree, Dumfriesshire, e foi criado na paróquia de Prestonpans na Lothian do Leste (East Lothian), também filho de ministro da Igreja e, assim como os outros, cheios de contatos de sangue e amizade com diversas famílias importantes, principalmente com as gentes da Fronteira

<sup>26</sup> Dissidência calvinista que negava o pecado original, baseia-se nas teorias do teólogo holandês Jacobus Arminius.

<sup>27</sup> As sociedades passam por quatro estágios em sua evolução. Os estágios vão dos caçadores-coletores (primitiva) para os nômades-pastores (pastoral), agricultores (agrária) e comerciantes (comercial). Adam Ferguson utilizou outra nomenclatura para os definir: selvagem, bárbaro e comercial. Os primeiros dois estágios estavam livres de leis positivas que passam a ser necessárias com a fase agrária. Os escoceses já trabalhavam a mudança social a partir dos “meios de produção”.

<sup>28</sup> “the grandest demigod I ever saw”.

(*Border*) Casou-se com Mary Roddan (sobrinha do Reverendo William Home, segundo nos informa Sher, o reverendo era primo de John Home – uma de suas poucas conexões familiares com clérigos da igreja. No mesmo trecho, John Home foi quem influenciou Carlyle a casar-se com Mary) (SHER, 1985, p. 26). Considerado de natureza sociável quando fora do púlpito (MOSSNER, 2001, p. 275), exemplificou da seguinte maneira, em resposta ao Lord Elibank, o porquê do sucesso a nova geração no âmbito eclesiástico:

Carlyle respondeu, “Que o professor de teologia em Edimburgo era entediante e holandês, e prolixo – “ele formaria escola alguma e seus estudantes seriam deixados totalmente à própria sorte, e naturalmente formariam opiniões muito mais liberais que aquelas aprendidas com o professor.” (MOSSNER, 2001, p. 275, tradução nossa).<sup>29</sup>

Escreveu uma autobiografia que relata como observador participante os eventos cruciais e íntimos do Iluminismo Escocês.

E entre o mais velho dos Moderados está o professor de retórica e belas letras, influente orador na Igreja de St. Giles, Hugh Blair. Responsável pela primeira cadeira de retórica e belas letras da Universidade de Edimburgo assumiu, em 1760, o cargo num momento em que o aprendizado da língua inglesa era de suma importância para os escoceses, para quem o idioma do Sul era uma fala estrangeira (MOSSNER, 2001, p. 371).

Os outros dois *literati* que ainda não mencionamos, são Adam Smith e David Hume. O primeiro, reconhecido por fundar a disciplina de economia política com a publicação de “Investigações Sobre a Natureza e a Causa da Riqueza das Nações”. De Smith pode-se dizer que era mais discreto e, no final de sua vida, mais recluso. Joseph Black e James Hutton formaram com ele o pequenino *Oyster Club*, em Edimburgo, um refúgio para estranhos que visitavam a cidade, relata John Playfair, professor de matemática e filosofia natural da Universidade de Edimburgo (BROADIE, 2011, p. 27). E foi a esses dois amigos que Smith confiou para que destruíssem todos os seus manuscritos quando morresse (BROADIE, 2011, p. 191). Apesar dos esforços para deixar à posteridade somente os textos finalizados e que estivesse convencido de que seriam dignos de ver a luz, a vida de Smith, apesar das dificuldades de biografá-lo, recebeu registros ainda no século XVIII de um ex-aluno de Adam Ferguson, Dugald Stewart, que escreveu a “Account of the Life and Writings of Adam Smith LL.D.” (1793). Neste texto, rememora detalhes curiosos da vida do filósofo como quando, aos três anos de idade ele fora sequestrado por vadios de passagem. Stewart anota a preocupação

---

<sup>29</sup> Carlyle responded, “That the Professor of Theology at Edinburgh was dull, and Dutch, and prolix” – “that he could form no school, and the students were left entirely to themselves, and naturally formed opinions far more liberal than those they got from the Professor.” (MOSSNER, 2001, p. 275).

de Smith com o estilo quando este lhe contou de seus exercícios durante sua estadia na Inglaterra ainda jovem. Indicava a todos que queriam melhorar seu estilo para que se aplicassem à tradução. Stewart especula que “provavelmente foi também neste período de sua vida que cultivou com todo o cuidado o estudo das línguas” (STEWART, 1793) que anos depois reverberariam no curso de Retórica e Belas Letras que lecionou aos estudantes da Universidade de Glasgow entre 1762-1763.

Hume, por sua vez, era, nas palavras de Alexander Carlyle, “um homem de grande conhecimento e de um temperamento social e benevolente, e, de fato, o homem de mais amável no mundo” (CARLYLE, 1861, 221). Bem-vindo em variados círculos, Hume não fundou uma escola e sequer deixou sucessores, mas impressionava a todos com seu tato e arte para a conversa, sua inteligência e graça. Era o oposto de Smith, como escreve James Buchan, quem o compreendia por completo, era urbano, galanteador e possuía uma coragem filosófica (BUCHAN, 2004, p. 76).

Ecoamos o argumento de Franco Venturi, extraído por John Robertson, de que juntos estes escoceses formaram uma nascente ‘*intelligentsia*’, como a que existia em Paris, mas quase desconhecida em Londres (ROBERTSON, 2000, p. 38). Conforme nos apresenta James Buchan um dos sermões de Hugh Blair (*Sermons*, XVII, p. 351), os ministros da ala moderada pretendiam combater o entusiasmo e indisciplina, os perigos do jacobitismo e o obscurantismo de maneira diversa, não através de pregações somente, mas amparados pelo ensino clássico, as conquistas do refinamento, os contatos com o continente (europeu), a paixão pela lei e ordem e com a identificação do regime político advindo de Londres (BUCHAN, 2004, p. 73). Os ministros empregavam um estilo particular em suas pregações, a jeremiada. Richard Sher destaca três elementos desse tipo de abordagem: o primeiro ancorado em raízes sociológicas, influenciadas por Adam Ferguson – considerado como um dos pais da sociologia moderna (SMOUT, 1998, p. 452), tem a ver com os preceitos calvinistas de que Deus se vale de uma sociedade para seus planos, ou seja, o sucesso social, político e econômico está relacionado com virtudes cristãs e as conquistas nesses campos dependem dos esforços dos humanos, daí viria as “consequências não intencionais” (*unintended consequences*); o segundo trabalha para o aumento da virtude a fim de angariar bênçãos divinas ou a sua ira; o terceiro elemento trabalhar com um escopo maior, o aumento de virtude não estaria relacionado somente na esfera privada, mas voltada para a virtude cívica, uma forma de preservação da ordem estabelecida e com vistas ao patriotismo (SHER, 1985, pp. 43-44).

Os *literati* moderados praticavam o que eles pregavam neste tópico ao servirem energicamente como soldados hanoverianos e propagandistas durante o 45. Muito do que escreveram, ensinaram e pregaram anos mais tarde intencionavam a promoção de espírito similar de virtude pública militante e conservadora. A jeremiada era um excelente veículo para espalhar tal ideologia. Compromisso e urgência moral foram construídas para isso, como uma associação do indivíduo com o bem-estar social de uma nação inteira. Entenda-se que por “nação” normalmente se referiam tanto à Escócia quanto à Inglaterra, a jeremiada Moderada encorajou um senso de identidade nacional *britânica*. (SHER, 1985, p. 44, tradução nossa, grifos no original)<sup>30</sup>.

A partir dos sermões, os *literati* moderados insuflavam sua ideologia e causas que defendiam aos seus conterrâneos. Viver em uma sociedade refinada (*polite society*) estava relacionado em buscar coisas elevadas e elevar-se enquanto indivíduo, um espírito sensível, porém viril, voltado para a coisa pública, o respeito à ordem, interessado e envolvido com a literatura refinada, o aprendizado da racionalidade, a investigação científica empírica e a moderação nos assuntos religiosos, “a marca de um indivíduo civilizado e do feliz equilíbrio entre ‘efeminado’ e ‘entusiasmo’”. (SHER, 1985, p. 57).

A companhia de David Hume, reconhecido como um tipo anticlerical, não causava dano à imagem dos ministros, que o tinham como amigo e companhia constante. Alexander Carlyle, em sua Autobiografia, relata que os “zelotes” ficavam enfurecidos com essa associação, muitos o consideravam ateu. Carlyle desmente e escreveu do amigo que se tratava de um céptico (CARLYLE, 1861, p. 221). Há uma anedota acerca deste fato. A mãe de Robert Adam, arquiteto, primo de William Robertson, havia dito ao filho que evitasse convidar “o ateu” para jantares e que não queria saber de sua presença em sua casa. Adam apresentou Hume à sua mãe com outro nome e todos jantaram em paz. Ao final da ceia, após os convidados terem partido, ela disse ao filho que adorou as visitas e, em particular, gostou bastante do divertido e grande (*large jolly*) homem que se sentou ao seu lado. Robert Adam lhe revelou, então, a verdade, aquele era David Hume, o ateu. Ao passo que ela lhe respondeu: “Bem, podes trazê-lo aqui o quanto lhe agradar, pois ele é o homem mais inocente, agradável, espirituoso que já conheci.” Quanto o consórcio de Hume com os ministros moderados, podemos ler neste trecho da “Autobiografia” o seguinte:

---

<sup>30</sup> “The Moderate literati practiced what they preached on this topic by energetically serving as Hanoverian soldiers and propagandists during the ’45. Much of what they wrote, taught, and preached in later years was intended to promote a similar spirit of militant, conservative, public virtue. The jeremiad was an excellent vehicle for spreading such an ideology. Moral urgency and commitment were built into it, as was association of the individual with the welfare of the entire nation. Since in this context the ‘nation’ normally meant both Scotland and England, the Moderate jeremiad encouraged a sense of *British* national identity” (SHER, 1985, p. 44).

Ele aproveitava bastante da companhia do jovem clero, não de um desejo de atraí-los às suas opiniões, pois ele nunca tentou mudar os princípios nenhum homem, mas eles compreendiam bem suas noções, e podiam fornecê-lo com conversas literárias (CARLYLE, 1861, p. 223, tradução nossa).<sup>31</sup>

A união de ministros da Igreja com homens mundanos era uma das características do mundo de convivência amigável na Escócia do século XVIII e uma de suas riquezas pelo trânsito de ideias. Também fazia parte dos moldes que as pregações e ensinamentos dos *literati* moderados defendiam e praticavam.

#### 4.4 OS CLUBES, A SOCIABILIDADE DOS *LITERATI*

“O salão não é mero clube literário”, nos diz Chauncey Tinker (1915, p. 30), antes se trata de uma Academia informal que discute e trabalha a literatura antes de seu produto final, e tem dois objetivos, um privado e outro público. O primeiro refere-se ao avanço do próprio autor, e o segundo volta-se à formação da opinião pública. Essa mediação entre autor e público, continua Tinker, funciona como um sistema de patronagem de artes, o salão enquanto financiador e promotor. Retomamos à igualdade necessária para a sociabilidade, principalmente neste meio, o salão. O homem de letras e seu patrão encontram-se no mesmo patamar, são iguais.

O salão, ao contrário das tavernas e cafés, no século XVIII era o ambiente feminino por excelência. E a mulher detém papel de destaque em conduzir as conversas, os encontros e as trocas. Como já mencionado anteriormente (ver. 2.2. “Sociabilidade”), a mulher na sociedade setecentista é o fator de refinamento dos costumes e maneiras e soberana no mundo do convívio social.

A mudança do café para o salão foi, de fato, um pleno tributo à mulher, a nova crítica e novo patrão. Como já exercia seu poder no mundo dos leitores ao trazer um novo tom de refinamento à literatura, exerceu o mesmo poder ao atrair os homens para seu salão, (TINKER, 1915, p. 33, tradução nossa).<sup>32</sup>

Esta é a principal diferença entre o salão e a taverna (ou os cafés): o primeiro é um espaço dominado pelo feminino que está excluído da segunda casa. Está no horizonte do salão uma

<sup>31</sup> “He took much to the company of the younger clergy, not from a wish to bring them over to his opinions, for he never attempted to overturn any man’s principles, but they best understood his notions, and could furnish him with literary conversation” (CARLYLE, 1861, p. 223).

<sup>32</sup> The shift from the coffee-house to the drawing-room was indeed a plain tribute to woman, the new critic and the new patron. As she was already displaying her power in the world of readers by bringing a new tone of refinement into literature, she was exerting the same power to draw the men of letters into her salon.” (TINKER, 1915, p. 33).

liberalização moral muito maior do que o aceitável em sociedade fora de seus feudos. Aquilo que Georg Simmel definiu como *coquetismo*, algo que brinca com a realidade, um jogo de vai-e-vem que envolve sugestão. “A coquete [...] distancia-se da realidade pelo jogo, como o artista, mas, para ela, é um jogo com a própria realidade.” (SIMMEL, 2006, p. 104). O coquetismo, as relações no salão têm por fim criar interesse e conquistar corações (TINKER, 1915, p. 38). O clima amistoso e intimista abre possibilidade para as ideias fluírem livres da dura crítica dos jornais e especialistas. Mas a vivacidade das conversas e a loquacidade dos discursos revelavam também um lado menos vantajoso na convivência nos salões: a gabolice, a bajulação, elevação demasiada de trabalhos menos importantes, enfim, a arte descia alguns degraus ao ceder espaço para elogios e flertes (TINKER, 1915, p. 40).

John Timbs relata a rotina dos cafés (*coffee-houses*) de Londres no início do século XVIII. Podia-se distinguir os estabelecimentos pelo tipo de frequentador, por sua classe, profissão ou posição política. Podia-se fumar, basicamente, em todos os cafés, exceto nos mais aristocráticos de West-End. Os frequentadores assíduos tinham assentos identificados e eram atendidos preferencialmente. Entre às nove até meia-noite havia movimento nos cafés (TIMBS, 1866, pp. 35-37). “A estes cafés, homens de todas as classes, que detinham tempo e dinheiro, apoiavam-se no gasto dos dois, e, uma vez no café, política, peças, escândalos, críticas e negócios andavam de mãos dadas”. (TIMBS, 1866, pp. 37-38, tradução nossa)<sup>33</sup>. Era possível atualizar-se sobre as questões prementes de seu dia ao frequentar quaisquer dos cafés londrinos, ou mesmo vários deles numa manhã ou tarde, como podemos ler na crônica de Joseph Addison no *Spectator*, de 12 de junho de 1712:

[...] quando qualquer assunto público é posto sobre a bigorna, amo escutar as reflexões que se levantam sobre isso nos diversos distritos e freguesias de Londres e Westminster, e saracotear para cima e para baixo o dia todo, a fim de me inteirar das opiniões de meus inventivos concidadãos. Por estes meios, reconheço as faces de todos os principais políticos dentro dos Direitos à Mortalidade, e como todo café possui seu tipo de estadista, que é o alto-falante da rua de onde vive, sempre tomo cuidado de posicionar-me próximo a ele, para assim tomar conhecimento de seu julgamento sobre os assuntos do dia. Meu último progresso feito nesta intenção aconteceu há três meses, quando recebemos o registro atual sobre a morte do rei da França. Como previ isto causaria uma nova imagem para as coisas na Europa, e muitas especulações curiosas em nossos cafés britânicos. Eu estava ansioso em saber os pensamentos de nossos mais eminentes políticos sobre tal ocasião (ADDISON, 1712, tradução nossa)<sup>34</sup>.

<sup>33</sup> “To these Coffee-houses men of all classes, who had either leisure or money, resorted to spend both; and in them, politics, play, scandal, criticism, and business, went on hand-in-hand” (TIMBS, 1866, pp. 37-38).

<sup>34</sup> “...when any publick Affair is upon the Anvil, I love to hear the Reflections that arise upon it in the several Districts and Parishes of London and Westminster, and to ramble up and down a whole Day together, in order to make my self acquainted with the Opinions of my Ingenious Countrymen. By this means I know the Faces of all

Percebe-se que a companhia neste local é mais informal e masculina. Não há a pompa dos salões, as regras de etiquetas e troca com feminino, ou como se dizia à época, o “belo sexo”. Dos cafés aos clubes uma transição é feita sem muitas dificuldades. No relato de John Timbs, voltado para os cafés londrinos, a mudança de um estabelecimento em um clube se dava dentro de seu recinto e requeria o pagamento de uma taxa. Os clubes eram frequentados por “assinantes”, ou seja, a sociabilidade original se mantinha, contudo, um grupo ganhava exclusividade devido à taxa de adesão e em seu círculo particular prosseguiram a falar das atualidades, dos negócios e dos prazeres.

Os encontros em clubes podiam ter caráter de diversão e lazer, mas não estavam restritos a estas esferas. Questões importantes de escopo social e político eram tratadas em reuniões de pequenos grupos ou mesmo junto a membros de associações. Um exemplo que envolvia os *literati* Moderados foi na ocasião da Assembleia Geral de 22 de maio de 1756,

[...] os Moderados estabeleceram sua convenção durante a Assembleia Geral na taverna Carrie, ao fim da West Bow. Esse pequeno e obscuro estabelecimento possuía apenas três quartos e estábulos para meia-dúzia de cavalos, mas Nelly Douglas, a senhoria, era tão amável quanto respeitável e seu marido Thomas Nicolson, um tipo mais grosseirão, eram conhecidos por estenderem o crédito. O lugar era conhecido pelo nome em Latim que significava hospedagem, *Diversorium*. Pediram a Nicolson para baixar dúzias de garrafas de claret, que custavam dezoito xelins a dúzia, e a festa começou. “A tentativa de privacidade”, disse com satisfação Carlyle, “o tornou mais frequentado” [...] (BUCHAN, 2004, pp. 100-101, tradução nossa).<sup>35</sup>

A importância dessa reunião está nos embates realizados dentro da Igreja da Escócia entre o partido dos Moderados e o grupo mais ortodoxo, conhecido como *High-Flyers*. Estes expressavam seus descontentamentos pelos escritos de David Hume e Henry Home, Lord Kames, seus amigos, os Moderados, reuniram-se para montar a defesa dos dois *literati*, tendo

---

the principal Politicians within the Bills of Mortality; and as every Coffee-house has some particular Statesman belonging to it, who is the Mouth of the Street where he lives, I always take care to place my self near him, in order to know his Judgment on the present Posture of Affairs. The last Progress that I made with this Intention, was about three Months ago, when we had a current Report of the King of *France's* Death. As I foresaw this would produce a new Face of things in *Europe*, and many curious Speculations in our *British* Coffee-houses, I was very desirous to learn the Thoughts of our most eminent Politicians on that Occasion.” (ADDISON, 1712).

<sup>35</sup> [...] the Moderates established their caucus for the duration of the General Assembly at the Carrier’s Inn, at the bottom of the West Bow. This obscure little tavern had only three rooms and stabling for a mere half-dozen horses, but Nelly Douglas, the landlady, was both handsome and respectable and her husband Thomas Nicolson, though a coarser article altogether, had been known to extend credit. The place was given the medieval Latin term for lodging, *Diversorium*, Nicolson was ordered to lay in twelve dozen bottles of claret at eighteen shillings a dozen, and a party was soon under way. ‘The attempt to be private’, said Carlyle with satisfaction, ‘made it the more frequented’ [...]” (BUCHAN, 2004, pp. 100-101).

sucesso em seu pleito. Esse mesmo estabelecimento, de Thomas Nicolson<sup>36</sup>, receberia os encontros quinzenais do *Poker Club*.

Os encontros e as reuniões em clubes de debates ou em associações era uma das características da vida intelectual de Edimburgo, que apesar da sujeira (contadas em muitos registros – inserir os registros), atraía artistas, poetas, escritores, filósofos e demais homens das ciências para participarem dela. As cidades gêmeas do Iluminismo Escocês possuíam caracteres próprios quanto à sociabilidade. De um lado está Glasgow, mais sóbria e pragmática, com grande movimentação de pessoas e mercadorias em seu porto e um círculo intelectual vivo dentro de sua universidade. Do outro lado, Edimburgo, animada e boêmia. Uma das razões para isso é o fato dos estudantes e professores não morarem na universidade da capital, como ocorria em Glasgow, que circunscrevia sua classe pensante em relacionamentos diretamente ligados à academia.

Glasgow era mais inovadora e pragmática. Sabia como as coisas eram feitas e como fazê-las. Comportamentos antigos, inclusive um calvinismo bastante arraigado, era forte por lá, mas graças ao seu sucesso comercial, havia certo relaxamento [nos costumes]. [...] Edimburgo era mais artística e literária, mas intelectual num sentido abstrato. [...] Em vez de engenheiros e cientistas empíricos, foi o lar de escritores, poetas e pintores no século dezoito. O que realmente distinguiu Edimburgo, e o que atraiu outros forasteiros tão diversos quanto Adam Smith, Benjamin Franklin e o jovem Robert Burns foi sua íntima comunidade de acadêmicos e pensadores (HERMAN, 2001, p. 161, tradução nossa)<sup>37</sup>.

A efervescência social propiciava uma troca rica e ampla de ideias, ou seja, o ambiente livre, franco e que mantinha certa igualdade entre seus partícipes contribuiu com a divulgação de novas teorias e o desenvolvimento filosófico e literário que é notável quando se verifica o caso escocês. O próprio partido Moderado na Kirk é um caso interessante de notar a *mélange* entre a intelectualidade pública e as instituições. A nova configuração do partido que se deu durante meados da década de 1740, deu forças renovadas para um movimento de abertura e tolerância nos métodos da própria Igreja Escocesa. Os Moderados, como passaram a ser conhecidos, não poucas vezes, foram acusados de darem demasiada importância às questões morais e cívicas em detrimento da teologia (SHER, 1985, p. 35-36). Seus interesses

---

<sup>36</sup> Em alguns registros o nome aparece grafado como “Nicholson”.

<sup>37</sup> Glasgow was more innovative and practical; it knew how things were made and how to get things done. Older attitudes, including a deep-rooted Calvinism, were stronger there, but thanks to its commercial success, it was also more freewheeling. [...] Edinburgh was more artistic and literary, more intellectual in the abstract sense. [...] In the eighteenth century it was home to writers, poets, and painters, rather than engineers and experimental scientists. What really made Edinburgh different, and what attracted outsiders as diverse as Adam Smith, Benjamin Franklin, and young Robert Burns was its close-knit community of scholars and thinkers” (HERMAN, 2001, p. 161).



voltavam-se para questões dessa natureza e a postura de seus membros não negava o caráter público dos sermões de seus ministros.

Nicholas Phillipson escreve em sua biografia sobre Adam Smith que

Era uma cultura que revolvía ao redor dos homens de letras dedicados ao melhoramento da literatura, filosofia, ciência natura e outras artes finas e úteis. Pequenos clubes, informais, inspirados na *Spectator* de Addison, encontravam-se em cafés e tavernas na tentativa de combinar a conversação refinada com bebedeira séria<sup>38</sup> (PHILLIPSON, 2010, p. 72, tradução nossa).

*Solvitur ambulando*, ou algo que se resolve ao caminhar. Retomamos o precioso conselho de Hume de ceticismo moderado, abandonar o escritório e ir ao encontro à vida. Fazer uma viagem do mundo letrado ao mundo do convívio social e partilhar com amigos de um refrigerio, uma bebida relaxante, um bom jantar e uma conversa ilustrada. Hume estava circundado por um ambiente que lhe proporcionava essa saída, podia encontrar-se com outros homens carregados de equações insolúveis, cansados e sedentos por uma boa conversa ou uma taça de *claret*. A sociedade escocesa voltava-se aos seus centros urbanos preenchida por espaços como tavernas, *alehouses*, cafés e nestes locais, assim como em Londres, homens de letras, profissionais liberais, políticos e ministros da Igreja encontravam-se para o convívio amistoso, o debate e o brinde. As sociedades de pensamento floresciam e se diversificavam em seus propósitos e temas. Num breve esboço, Ernest Mossner, na célebre biografia de David Hume, que a *Philosophical Society* de Edimburgo, apesar de em algumas ocasiões ler sobre filosofia, estava mais restrita à ciência; enquanto que a *Select Society* possuía um leque mais amplo de discussões; e, o *Poker Club*, estaria restrito às discussões políticas (MOSSNER, 2001, p. 272).

É sabido que os Rankenians eram altamente instrumentais em disseminarem pela Escócia a liberdade de pensamento, coragem na investigação, liberalidade de sentimentos, acurácia de raciocínio, correção de gosto e atenção à composição, e o estágio elevado que os escoceses detêm no presente na República de Letras, deve-se imensamente aos modos e espíritos iniciados por aquela sociedade (*The Scots Magazine*, maio, 1771 *apud* BROADIE, 2011, p. 26, tradução nossa).<sup>39</sup>

---

<sup>38</sup> “It was a culture that revolved round societies of men of letters, dedicated to the improvement of literature, philosophy, natural science and the fine and useful arts; small, informal clubs inspired by Addison’s *Spectator*, meeting in coffee-houses and taverns and attempting to combine polite conversation with serious drinking” (PHILLIPSON, 2010, p. 72).

<sup>39</sup> “It is well known, that the Rankenians were highly instrumental in disseminating through Scotland freedom of thought, boldness of disquisition, liberality of sentiment, accuracy of reasoning, correctness of taste, and attention to composition; and that the exalted rank which Scotsmen hold at present in the Republic of Letters, is greatly owing to the manner and spirit begun by that society.” (*The Scots Magazine*, maio, 1771 *apud* BROADIE, 2011, p. 26).

O *Rankenian Club* descrito acima foi uma das mais relevantes sociedades em princípios de século e contava com a participação de professores da Universidade de Edimburgo que vieram a formar muitos dos próprios *literati*. Dentre eles estavam William Wishart (diretor da Universidade de Edimburgo), John Stevenson (professor da cátedra de lógica, em Edimburgo), George Turnbull (professor de filosofia moral no Marischal College, de Aberdeen), Colin Maclaurin (professor de matemática, em Edimburgo), dentre outros. Fundado em 1717, recebeu o nome de Thomas Ranken, dono da hospedaria onde se davam os encontros (BROADIE, 2011, p. 26). Sua relevância para o desenvolvimento do gosto literário e liberdade de pensamento encontra em seus próprios membros a resposta. A maioria era formada por professores das universidades que podiam dar vazão à criatividade e inventividade reunidos longe da formalidade e escrutínio das salas de aula. Ernest Mossner especula que o Rankenian Club tenha influenciado David Hume em perseguir a carreira literária e preocupar-se com as questões de estilo da língua inglesa (MOSSNER, 2001, p. 49).

Não seria estranho surgirem clubes semelhantes em termos de intelectualidade e abertura para discussões. Em 1754 um novo grupo torna-se marcante nesse sentido. É fundada a *Select Society*, reunião de homens de letras promovida por Allam Ramsay, o pintor (filho de Allam Ramsay, o poeta), que cinco anos após sua fundação chegou a contar com 135 membros, e incluiu todos os *literati* de Edimburgo (CLIVE, 1996, p. 229). Nela se discutiam questões filosóficas e promovia-se o aprendizado da língua inglesa. A primeira reunião aconteceu em 22 de maio de 1754 e foi presidida pelo próprio Ramsay e Adam Smith apresentou as propostas da Sociedade, contou com os quinze membros originais. Carlyle destaca que assim como Hume, Smith não era adepto de falar em público nestas ocasiões e prossegue dizendo que “nunca ouviu Adam, exceto uma vez, na primeira reunião da *Select Society*.” (CARLYLE, 1861, p. 279).

Os temas propostos poderiam ser de qualquer natureza exceto aqueles que tocassem na questão da religião revelada (*Revealed Religion*), para se evitar qualquer vazão a princípios jacobitas. Os encontros realizavam-se na Biblioteca dos Advogados (*Advocate's Library*), local em que tanto Hume quanto Ferguson foram curadores, às quartas-feiras, às seis da noite, de meados de novembro até os idos de agosto próximo (MOSSNER, 2001, p. 281). Contudo, eram as conversas paralelas e livres que mais aprimoravam os espíritos dos participantes, do que os discursos.

Eram aqueles encontros em particular que aparam todas as arestas, como dizemos, pela colisão, e que tornaram os *literati* de Edimburgo

menos capciosos e pedantes do que eles agiam em outros lugares (CARLYLE, 1861, p. 298, tradução nossa)<sup>40</sup>.

Essa liberdade e intimidade aliadas às temáticas tratadas nas reuniões fizeram com que o nome dos *literati* fosse reconhecido. Enquanto instituição, a Select Society, assim como o Rankenian Club, alterou a rotina da cidade e criou um movimento nas esferas intelectuais com os seus debates e deliberações, os encontros entre os membros, os laços de amizade daí advindos, isto se deve ao fato de que a Select Society preocupava-se em promover a literatura e as artes, além de se restringir a um clube de debates. Mossner chama atenção para outro detalhe, o sucesso cultural desta sociedade está atrelado ao triunfo das ideias e filosofia dos Moderados na Igreja, que era parte essencial na filosofia do Iluminismo Escocês (MOSSNER, 2001, p. 284).

Contudo, apesar de esforços para estipularem um limite de adesões, o número de membros da Select Society continuou a crescer e a tornou menos “seleta”. Este foi um dos fatores para seu fim, quase uma década após sua fundação. Os Moderados, Hume, Smith e outros homens de letras cujos pensamentos coincidiam começaram a migrar para outra agremiação, menor, mais íntima, mais informal. Em 1762, fundou-se o *Poker Club*. Por esse tempo, os *literati* de Edimburgo já eram reconhecidos por seus trabalhos e sua posição na sociedade escocesa – seja ocupando cargos nas universidades e na Igreja, como Hugh Blair que já havia assumido a cátedra de Professor Régio de Retórica e Belas Letras na Universidade de Edimburgo, seja com a publicação de livros que já circulavam pelos círculos leitores, como o *Tratado da Natureza Humana* e os *Ensaio Moral, Político e Literário*, de Hume. Não à toa é importante notar que a Select Society promoveu a reputação intelectual aos *literati* (CARLYLE, 1861, p. 297).

#### 4.5 O POKER CLUB

Da *Select Society* ao *Poker Club*. As cinzas, ainda com o fraco brilho da chama de outrora, reascenderam-se em brasas, remexidas até faiscarem novamente, para utilizar uma frase escrita por Adam Ferguson em correspondência endereçada ao Lorde Shelburne<sup>41</sup>, a 3 de fevereiro de 1762, na qual se lia sobre a escolha do nome do clube. Chamou-se de “o *Poker Club* em alusão ao uso daquele instrumento, quando chamamos as nossas precisam ser

<sup>40</sup> “It was those meetings in particular that rubbed off all corners, as we call it, by collision, and made the *literati* of Edinburgh less captious and pedantic than they were elsewhere.” (CARLYLE, 1861, p. 298).

<sup>41</sup> William Petty, 1737-1805, primeiro Marquês de Lansdowne, mais conhecido como Lord Shelburne, político e mecenas da literatura e das artes. Neste período era político e aliado de Lord Bute.

remexidas<sup>42</sup>” (FERGUSON, 1995, p. 533, tradução nossa). O nome do novo clube foi um lampejo de sorte que teve Adam Ferguson, escreve Carlyle, para que não fosse nomeado de maneira “ofensiva” e direta como “Militia Club”, ficando, assim como algo subentendido entre seus membros e enigmático para os de fora. Teve duração de duas décadas, de 1762 a 1784. Os membros consistiam “[...] de todos os *literati* de Edimburgo e vizinhança, muitos dos quais haviam sido membros da Select Society, exceto os pouquíssimos que aderiram os inimigos da milícia [...]” (CARLYLE, 1861, p. 420, tradução nossa)<sup>43</sup>.

Após o segundo Levante Jacobita, ocorrido entre 1745 e 1746, cujo desfecho sangrento da Batalha de Culloden, por muito tempo, inflou os brios dos montanheses (*Highlanders*). A batalha marcou não só o fim dos conflitos entre as forças de ordem do Exército Britânico e a milícia que patrocinava o retorno de Carlos Eduardo Stuart, *The Bonnie Prince Charlie*, herdeiro-presumível à coroa britânica, excluído da sucessão ao trono pelo Acerto da Revolução, de 1689, também traça a “erosão da sociedade tradicional” numa realidade nova que não caberia relações não capitalistas (CASS, 2010, p. 108). Passados cinquenta anos do Ato de União, que excluiu o Parlamento Escocês, seu Conselho Privado (*Privy Council*) e anexou a Escócia enquanto unidade política do Reino Unido houve a renovação do Ato da Milícia (1757) que vetava a instituição de um corpo militar dessa natureza no Norte Britânico em razão dos Levantes (1715 e 1745) em favor do príncipe usurpador.

Ferguson foi um ardoroso defensor das virtudes cívico-militares e um dos mais comprometidos panfletistas sobre a causa da milícia escocesa. É dele a autoria, que durante algum tempo fora mantida em sigilo, do panfleto *Reflections Previous to the Establishment of a Militia* (1757), no qual elenca os principais argumentos para que se estabelecesse uma milícia escocesa. Muitos desses argumentos, sobretudo, em relação às virtudes a serem cultivadas em uma sociedade comercial foram desenvolvidos de maneira mais sofisticada em seu trabalho mais célebre, *Essay on the History of Civil Society* (1767). Na concepção fergusoniana, por um lado, a defesa do estabelecimento de uma milícia deveria ser de importância para a sociedade como todo por se tratar da defesa de seus valores, morais e materiais, do território e da vida dos cidadãos. Por outro, tratava-se de uma esfera da vida, como a política, que deveria ser excluída da divisão do trabalho, por se tratar de algo mais ligado à virtude do que à eficiência econômica. Ainda em Ferguson, tinha a preocupação com

---

<sup>42</sup> “...the Poaker [*sic*] Club in Alusion to the use of that Instrument when fires like ours need to be Stirred”. (FERGUSON, 1995, p. 533).

<sup>43</sup> “[...]of all the *literati* of Edinburgh and its neighbourhood, most of whom had been members of the Select Society, except very few indeed who adhered to the enemies of militia [...]” (CARLYLE, 1861, p. 420).

a deterioração do vigor e moral dos homens em uma sociedade comercial, afinal “trabalhamos para aumentar as riquezas, mas negligenciamos os mecanismos de defendê-las<sup>44</sup>” (FERGUSON, 1757, p. 12, tradução nossa). Ferguson argumentava contra o desinteresse do cidadão com a coisa pública e a corrupção advinda daquilo que ele chamava de “luxos”, supérfluos produzidos em sociedade que desviariam a atenção e a força dos homens das questões de caráter cívico e moral.

O mote principal do *Poker Club* é o debate e defesa dessa questão: a milícia escocesa. A princípio era um grupo pequeno e bem mais seletivo que a sua matriz, a *Select Society*. Iniciou suas atividades com quinze membros, escolhidos por indicações feitas por voto, a exclusão se dava por duas esferas negras (CARLYLE, 1861, p. 420). Seus encontros eram quinzenais e se davam entre as duas e seis da tarde, regados a taças de claret e sherry, na taverna de Thomas Nicholson – em alguns registros a grafia registra “Nicolson”. O clube era marcado por um ambiente mais descontraído que os ritos da *Select Society* como se verifica na anedota abaixo:

Carlyle descreve como, “num tom jocoso, Andrew Crosbie foi escolhido Assassino, caso necessário um funcionário desse tipo. David Hume, no entanto, foi colocado como seu assessor, cuja autorização era requerida para tudo, assim, entre mais e menos, evitar-se-ia derramamento de sangue”. [...] O elogio de Hume ao Poker Club aparece numa carta de 1763 a Ferguson, da França: “Realmente, e com frequência, anseio pela rudeza pura do *Poker*, e, particularmente, pela perspicácia do Dr. Jardine, em corrigir e qualificar tantas delícias<sup>45</sup>” em Paris (MOSSNER, 2001 pp. 284-85, tradução nossa)<sup>46</sup>.

O elogio de Hume ao estilo dos encontros pode ser entendido como uma necessidade de uma sociabilidade masculina mais viril, voltada para o “jogo”, ou seja, o caráter caçador e ativo da palavra. Um grupo de amigos que se aplainam uns na companhia dos outros com conversas inteligentes, piadas, bebida e comida, num ambiente público, mas, ainda assim, mantendo a intimidade e a sobriedade, como lembra Carlyle (1861, p. 421). Aqui repousa a principal diferença entre o *Poker Club* e a *Select Society*. O primeiro é caracterizado por essa rudeza, mencionada por Hume, pela valoração da sociabilidade amigável e pelo consumo de

<sup>44</sup> “... We labour to acquire wealth; but neglect the means of defending it.” (FERGUSON, 1757, p. 12).

<sup>45</sup> Disponível em FERGUSON, Adam. *The Correspondence of Adam Ferguson*. MEROLLE, Vincenzo (Edt.): with an introduction by Jane B. Fagg. London: Pickering & Chatto (Publishers), 1995, vol. 1 1745-1780, Letter n. 35, p. 51.

<sup>46</sup> Carlyle describes how, ‘In a laughing humour, Andrew Crosbie was chosen Assassin, in case any officer of that sort should be needed; but David Hume was added as his Assessor, without whose assent nothing should be done, so that between *plus* and *minus* there was likely to be no bloodshed’. [...] Hume’s eulogy of the Poker Club comes in a letter of 1763 to Ferguson from France: ‘I really wish often for the plain roughness of the *Poker*, and particularly the sharpness of Dr Jardine, to correct and qualify so much lusciousness<sup>46</sup>’ in Paris, (MOSSNER, 2001 pp. 284-85).

álcool. A *Select Society* apresentava todo um ordenamento que regulava suas reuniões como as eleições para o presidente da sessão, ordem nos temas – que cobriam arte, literatura, eloquência, teatro, economia, política e políticas públicas, costumes e avanços nacionais. Vetados os tópicos acima mencionados. Contudo, um dos principais temas era a questão da Milícia Escocesa.

Apesar de comentarem os mesmos assuntos,

[...] vale notar o retorno de “circunstâncias de convívio”. Enquanto seu objetivo não diferia fundamentalmente da *Select Society*, o *Poker* incentivava a reformulação do debate e buscava solução através de meios alternativos. No lugar do debate formal, o *Poker Club* oferecia a seus membros um espaço para beber e pensar, (ANDREWS, 2007, p. 75, tradução nossa).<sup>47</sup>

Esse ambiente mais informal aproximava seus membros em laços de cumplicidade e amizade. Não que isso não existisse antes, em seu começo, o *Poker Club* reunia um grupo que já partilhava de amizade antes, essa deve ser uma das razões para a dificuldade em se aceitar novos membros. O artigo citado anteriormente traz consigo críticas de James Boswell que tentara entrar no rol dos membros do clube sem sucesso. Chegou a comentar em seu diário que a forma de convívio e o estilo das discussões tornavam seus membros em bárbaros literários (ANDREWS, 2007, p. 67). Algumas fontes mencionam que a real intenção do clube, para além da milícia escocesa, era a interação e divertimento de seus membros exclusivos.<sup>48</sup>

O clube matinha encontros permanentes e num bom ritmo durante sete anos, até que uma querela entre dois membros fez com que Thomas Nicholson expulsasse o *Poker Club* de seu estabelecimento, levando-os a se mudarem para a Taverna *Fortune*, algo que Carlyle, em sua “Autobiografia” com tom chateado, chamando-o de “tolo absurdo”. O novo local era mais dispendioso e os encontros começaram a ficar mais esparsos, o que fez com que o número de membros presentes diminuísse. O pior, contudo, se deveu ao fato do clube chamar a atenção de muita gente e muitos dos novos membros aceitos não partilharem das mesmas opiniões dos veteranos. O último suspiro do grupo partiu da ala mais antiga, que se uniu e fundou o *Tuesday Club*, com a mesma proposta, mais restrito que o *Poker*, com encontros na Taverna

<sup>47</sup> The return of “convivial circumstances” is worth stressing; while its goal did not fundamentally differ from the *Select Society*, the *Poker* sought to recast the debate and seek resolution through alternative means. In place of formal debate, the *Poker Club* offered members a space to drink and think, (ANDREWS, 2007, p. 75).

<sup>48</sup> Disponível

em:

<[https://web.archive.org/web/20050812014136/http://www.fzc.dk/Boswell/Misc/The\\_Poker\\_Club.php](https://web.archive.org/web/20050812014136/http://www.fzc.dk/Boswell/Misc/The_Poker_Club.php)>. Acesso em 17 de julho de 2017.

*Sommer* e teve a duração de dois anos (CARLYLE, 1821, p. 421). O Poker Club seguiu em frente morrendo aos poucos, com a saída gradual dos membros restantes.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escócia após a União de 1707 sofre mudanças severas em sua língua. A fala ainda é algo complicado, mas as escolas passam a ensinar o “inglês do sul” para as crianças. Os mais velhos, e falamos, sobretudo, dos homens encontram em outros estabelecimentos o local para aquisição da linguagem, do comportamento, da adequação ao regime hanoveriano. “A crescente rede de clubes de convívio e intelectuais no século XVIII [...] apresenta um forte acento no gosto (*sulista*) correto, como demonstrado pelo amplo alcance da leitura de *Spectator*” (CRAWFORD, 2000, p. 20). Outro fator, apresentado nas seções anteriores, trata-se da influência que os ministros da ala moderada da Igreja da Escócia exerceram tanto no púlpito, quanto na Universidade e nos clubes e associações. Fortemente alinhados com o regime político vindo de Londres, com a causa unionista e *Whig*, trabalharam no sentido de manutenção desse ordenamento.

O aumento da urbanização abre caminho para estabelecimentos que antes utilizados como hotéis de passagem, transformam-se em pontos de conviviabilidade, templos de sociabilidade, e lugares em que as reflexões podiam ser feitas em voz alta. O caso escocês é interessante, pois duas décadas separavam os primeiros clubes de relevância de se reunirem de um evento marcante: a execução de Aikenhead.

Thomas Aikenhead era um jovem com pouco menos de dezenove anos que numa noite, caminhando com amigos, proferiu algumas frases que aos olhos esclarecidos receberiam repreensão caso a piada fosse fraca, mas que ditas em 1696 num país aferrado aos preceitos calvinistas mais rígidos foram consideradas blasfêmia punível com morte. Aikenhead havia saído da Taverna de Cleriheugh acompanhado de seus amigos, quando passaram em frente à igreja e o frio se anunciou, ele disse aos companheiros: “gostaria de estar no lugar que Esdras chamou de inferno para me aquecer lá.” As acusações não se deveram a esta anedota inofensiva, mas Aikenhead tinha o costume de contestar preceitos então tidos como verdades intocáveis. Dizia da Bíblia que era pura invencionice, do próprio Esdras dizia que suas profecias eram romances, Moisés havia sido um político e mago muito superior a Jesus, etc. (HERMAN, 2001, p. 2). Por esse comportamento, o jovem foi condenado à forca e mesmo após apelações de perdão, morreu em janeiro de 1697, dez anos antes da União e vinte antes da existência do Rankenian Club. Quando David Hume, Adam

Smith, Adam Ferguson, Hugh Blair e os demais *literati* nasceram, a mudança social já estava em um curso veloz e autêntico em modernizar as Terras Baixas (*Lowlands*) escocesas. As escolas do interior passam a aumentar o currículo de ensino, as cidades maiores sofrem influência do comércio (WITHRINGTON, 1996, p. 172) que se reergue após o *Darien Scheme*.

A esfera pública se modifica radicalmente em si e em suas bases quando “a cidade” assume funções culturais (HABERMAS, 1984, p.47). Habermas demonstra com isso como os *salons* são herdeiros espirituais da antiga corte. Os cafês, frequentados por gentes de letras interessados primeiramente na discussão literária, logo abrigarão as discussões políticas. São esses locais que asseguram a preponderância da “cidade” sobre a corte (HABERMAS, 1984, p. 47). A corte, como compreendia Erich Auerbach, representada pela nobreza (parte acessória da sociedade, que não tem uma função definida, mas no âmbito da cultura, ela funciona como o *savoir faire* refinado e dedicado às artes. A cidade é marcada pela urbanidade que ganha vida pelas atividades dos burgueses, divididos em três classes, *la grande, la moyenne, e la petite*, as duas primeiras encontravam maior trânsito com a nobreza detentora de terras. “[...] O espírito da grande época clássica não foi simplesmente moldado pela corte e pela aristocracia; de alguma forma foi também o que se poderia chamar de popular [...]” (AUERBACH, 2007, p. 226). A vivacidade que se encontrava nas ruas traz a abertura do espaço público como púlpito, em certa medida, democrático e acessível aos tipos letrados que habitavam as cidades. O florescimento dos cafês, que na Inglaterra se dá após a Restauração (com fim do regime de Cromwell). Estão por trás do fenômeno a abertura política, o relaxamento da tradição e o comércio.

Encorajados pelo fim da censura e o aumento de pluralismo político, os anos seguintes à Guerra Civil foram marcados pela urgência das sociedades científicas e aristocráticas (*county*), corpos filantrópicos e clubes políticos, literários, musicais e sociais. Londres era o principal teatro das atividades, mas, como observado por [Anthony] Wood [em 1661], ao menos algumas cidades provinciais estavam envolvidas. Quando ocorre a Revolução Gloriosa, clubes e sociedades aumentavam em número e eram aceitos como uma forma moderna de sociabilidade pública (CLARK, 2000, p. 26, tradução nossa).<sup>49</sup>

---

<sup>49</sup> “Encouraged by the end of censorship and the growth of political pluralism, the years following the Civil War were marked by an upsurge of scientific and county societies, philanthropic bodies, and political, literary, musical, and social clubs. London was the principal theatre of activity but, as Wood observed, at least some provincial towns were also involved. By the time of the Glorious Revolution clubs and societies were increasingly numerous and accepted as a fashionable form of public sociability.” (CLARK, 2000, p. 26).



O aumento dos clubes tem a ver o desenvolvimento social e sua expansão. Contudo, é difícil apontar o início da cultura clubista e associativista. As condições dos primórdios em que a sociedade moderna britânica se encontrava, forneceram meios para a existência de clubes. David Hume, no ensaio “Da liberdade de imprensa”, comenta que se tem por um lado uma monarquia mista que agrega elementos de outros regimes e, do outro, a imprensa pode publicar livremente o maior e mais amplo conteúdo. Estes elementos são cruciais para que o meio social se expanda em si mesmo e forneça mecanismo para que instituições como clubes, associações, grêmios surjam e se desenvolvam.

E as personagens centrais nessa esfera pública moderna são os intelectuais, que circulam nos mais variados meios, indivíduos em suspensão de que fala Mannheim (1974). São autônomos e permeiam a sociedade, uma classe intersticial, destituída de coesão e interessada em temas diversos. Livres de peias e amarras para dar vazão aos pensamentos e ideias, a liberdade e autonomia dos intelectuais em relação aos poderes constituídos são essenciais para suas atividades. É este afastamento do Estado, ou seja, a “autonomia do campo intelectual que torna possível o ato inaugural de um escritor que, em nome das normas próprias do campo literário, intervém no campo político, constituindo-se, assim, como intelectual.” (BOURDIEU, 1996, p. 150). Ainda sobre a liberdade de reflexão e de fala, Alexander Broadie, em seu trabalho sobre o Iluminismo Escocês (2011) destaca que

O progresso intelectual não parece ser possível exceto num clima intelectual cujas pessoas não tratem as autoridades com demasiado respeito. [...] Esta liberdade [de pensar por si mesmos] é o espaço que nosso espírito reclama, se quisermos crescer moral e intelectualmente. Respeito habitual pelas autoridades, na qual permitimos que a autoridade pense em nosso lugar, é a escravidão da mente, (BROADIE, 2011, pp. 18-19, tradução nossa).<sup>50</sup>

Portanto, o trabalho intelectual está relacionado intimamente com a liberdade de expressão. E tal contexto favorável foi encontrado pelos *literati*, como se chamavam os homens de letras na Escócia do século XVIII. Deparam-se com essas mudanças durante sua formação e, sobretudo, quando passaram a exercer atividades na sociedade. Vimos no presente trabalho que a sociabilidade, que Simmel chama de forma lúdica de sociação (SIMMEL, 2006, p. 65), era realizada num ambiente moderno, masculino, sociável, por vezes, informal, imbuído de

---

<sup>50</sup>“Intellectual progress appears not to be possible except in an intellectual climate in which people are not overly respectful of authorities. This shift in climate was a major feature of the Enlightenment,” p. 18. “This freedom [of thinking for ourselves] is the space that our spirit needs if we are to grow intellectually and morally. Habitual respect for authority, where in effect we simply leave the authority to do the thinking for us, is a slavery of the mind,” (BROADIE, 2011, pp. 18-19).

espírito de igualdade e amistoso. Os próprios *literati* voltavam-se para a vida sociável, talvez o mais discreto seja Adam Smith, que se contrapõe às alegrias de Lord Kames e David Hume.

Um aspecto que propositalmente não trabalhamos de forma mais exaustiva nesta dissertação é o caso da língua. O escopo linguístico do Iluminismo Escocês requer maior dedicação e atenção aos detalhes, pois se tratava de um tema importantíssimo que permeava as conversas e discussões dos *literati*. Fizemos pequenos e muito breves esboços durante o texto e não nos aprofundamos como a temática exige por falta de condições como tempo e leituras mais densas para trabalharmos com ela. Como encaminhamentos futuros, fazemos alguns comentários sobre este assunto tão importante quanto interessante.

David Hume encantou-se com a leitura do manuscrito de *A Treatise on Refinement* que o parceiro Adam Ferguson havia composto em 1759. Oito anos mais tarde, Ferguson publica o produto final daquele trabalho com o título de *An Essay on the History of Civil Society*, quando Hume se encontrava em Paris. As críticas foram direcionadas ao conteúdo teórico do livro e também ao estilo da escrita, permeado pelos escoticismos (*scotticisms*). E desde a União (1707) a língua inglesa era vista como laço efetivo entre as duas nações. Robert Crawford coloca as coisas sob um prisma crítico ao escrever da importância das universidades escocesas em ensinarem as letras inglesas – é nas décadas de 1740 e 1750 que surgem as cátedras de Retórica e Belas Letras nas universidades:

O seu [das universidades] desenvolvimento nos estudos ingleses num clima cultural particular mostra bem mais claro como a matéria envolvia a tentativa de supressão de uma tradição nativa num processo de conversão cultural que foi pensado como um movimento do escocês bárbaro para o britânico refinado – pensado, em suma, como aprimoramento. (CRAWFORD, 2000, p. 22, tradução nossa).<sup>51</sup>

A imposição do ensino de uma língua que soava estranha aos ouvidos nativos na Escócia criou, de certa forma, a confusão com a identidade nacional, pois os escoceses estavam assumindo mais elementos ingleses do que o contrário, num caminho para uma identidade britânica. Por outro lado, uma vez na Inglaterra, principalmente em Londres, aos escoceses eram lembradas as diferenças. Um exemplo disso pode ser lido na “Autobiografia” de Alexander Carlyle, quando ministro se refere a incompreensão inglesa do humor escocês. “Desde que afetamos a falar uma língua estrangeira, que o dialeto inglês é para nós, humor, deve-se confessar, é menos aparente na conversação” (CARLYLE, 1861, p. 222, tradução

---

<sup>51</sup> “Their development of English studies in a particular cultural climate shows most clearly how the subject involved an attempted suppression of native tradition in a process of cultural conversion that was thought of as a move from the barbarous Scottish to the polite British – thought of, in short, as ‘improvement’.” (CRAWFORD, 2000, p. 22).

nossa).<sup>52</sup> Com o aprendizado da língua inglesa, termos escoceses começam a cair em desuso e os cursos de retórica e belas letras ensinam seus alunos a evitarem escrever como escoceses. Como Robert Crawford coloca, há fortíssima a questão de poder político que insufla os preconceitos ingleses. Os próprios *literati* defendiam essa postura quando se expressavam contra a forma escocesa de pronúncia referindo-se a ela como “dialeto corrupto” (Hume), “forma perversa de discurso que chamamos escoticismo” (Robertson). Ironicamente, o sotaque mantinha-se, como no caso de Hume, apesar dos esforços, manteve um acento das Terras Baixas (*Lowlands*), mesmo sendo conhecido pela boa retórica e estilo, fato que o mantinha cheio de ciúmes de sua pena (MOSSNER, 2011, p. 370).

Contudo, ainda havia certo orgulho, se assim podemos dizer, misturado à curiosidade quando lemos este trecho da carta de Hume a seu amigo George Eliott de Minto, do dia 2 de julho de 1757 (tradução nossa):

É realmente admirável quantos homens de gênio este país produz agora. Não é estranho que, num momento em que perdemos nossos príncipes, nosso parlamento, nosso governo independente, inclusive a presença de nossa nobreza mais proeminente, somos infelizes, em nosso acento e pronúncia, falamos um dialeto bastante corrupto da língua que utilizamos. Não é estranho, digo, que, nestas circunstâncias, realmente podemos assumir que somos o povo mais destacado por sua literatura na Europa?<sup>53</sup>

Finalizamos por aqui com as palavras que Adam Smith sussurrou aos seus amigos James Hutton e Joseph Black: “Creio que teremos que adiar este encontro para outro lugar.” (BUCHAN, 2004, p. 336).

---

<sup>52</sup> “Since we began to affect speaking a foreign language, which the English dialect is to us, humour, it must be confessed, is less apparent in conversation.” (CARLYLE, 1861, p. 222).

<sup>53</sup> “Really it is admirable how many Men of Genius this Country produces at present. Is it not strange that, at a time when we have lost our Princes, our Parliaments, our independent Government, even the Presence of our chief Nobility, are unhappy, in our Accent & Pronunciation, speak a very corrupt Dialect of the Tongue which we make use of; is it no strange, I say, in theses Circumstances, we shou’d really be the People most distinguish’d for Literature in Europe?”

## REFERÊNCIAS

ADDISON, Joseph. **Spectator**, No. 403, London, Jun. 1712.

ANDREWS, Corey E. Drinking and Thinking: Club life and convivial sociability in Mid-Eighteenth-Century Edinburgh. **Social History of Alcohol and Drugs**, v. 22, n. 1 (Autumn 2007), pp. 65-82.

ARAÚJO, Cícero R. R. A angústia republicada. **Lua Nova. Revista de Cultura Política**, n. 51, 2000, pp. 31-40.

AUERBACH, Erich. La cour et la ville. In: ARRIGUCCI JR., Davi; TITAN JR., Samuel (Orgs.). **Ensaio de Literatura Ocidental: filologia e crítica**. Tradução: Samuel Titan Jr. e José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2007, pp. 211-278. (Coleção Espírito Crítico).

BOBBIO, Norberto. Razões da Filosofia Política. In: BOVERO, Michelangelo (Org.). **Teoria Geral da Política**. Tradução: Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000, pp. 86-100.

\_\_\_\_\_. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. (Biblioteca básica).

BOSWELL, James. **Boswell's London Journal – 1762-1763**. London: The Reprint Society, 1952, 360p.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BROADIE, Alexander. **The Scottish Enlightenment**. Edinburgh: Birlinn Limited, 2011, 240p.

\_\_\_\_\_. (Org.) **The Cambridge Companion to the Scottish Enlightenment**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, 366p.

BUCHAN, James. **Crowded with Genius. The Scottish Enlightenment: Edinburgh's moment of the mind**. New York: Perennial, 2004, 436p.

CARLYLE, Alexander. **Autobiography**. Memorials of the men and events of his time. Boston: Ticknor and Fields, 1861.

CASS, Thiago Rhy B. **Sombras no Paraíso**. Dos poemas de Ossian à prosa indianista de José de Alencar. São Paulo: Nankin, 2013.

CASSIRER, Ernst. **A Filosofia do Iluminismo**. Tradução Álvaro Cabral, 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997, 472p.

CHITNIS, Anand C. **The Scottish Enlightenment. A Social History**. London: Croom Helm London, 1976, 279p.

CLARK, Peter. **British Clubs and Societies 1580 – 1800**. The Origins of an Associational World. Oxford: Clarendon Press, 2000.

CLIVE, John. The Social Background of the Scottish Renaissance. In: MITCHISON, Rosalind; PHILLIPSON, Nicholas T. (Eds.). **Scotland in the Age of Improvement**. Essays in Scottish History in the Eighteenth Century. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1996, pp. 225-244.

CRAWFORD, Robert. **Devolving English Literature**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2. Ed., 2000.

DENBY, David. Northern Lights. How modern life emerged from eighteenth-century Edinburgh. **The New Yorker**, October 11, 2004.

DEFOE, Daniel. **Essay at removing national prejudices against a Union with Scotland**. Part I. London, 1706.

DUCHET, Claude. **La civilisation bourgeoise**. Romantisme. Volume 7, n. 17-18, 1977, pp. 255-256.

FERGUSON, Adam. **An Essay on the History of the Civil Society**. Edited by Fania Oz-Salzberger. Cambridge, Cambridge University Press, 2003, 279p.

\_\_\_\_\_. **Reflections previous to the Establishment of a Militia**. London: R. and J. Dodsley, 1757.

\_\_\_\_\_. **The Correspondence of Adam Ferguson**. MEROLLE, Vincenzo (Ed.): with an introduction by Jane B. Fagg. London: Pickering & Chatto (Publishers), 1995, vol. 2 (1745-1780).

GAY, Peter. **The Enlightenment: an interpretation**. The Science of Freedom. New York: W. W. Norton & Company, Inc., 1996, 707p.

GRAHAM, Henry Grey. **The Social Life of Scotland in the Eighteenth Century**. London: Adam and Charles Black, 1906, p. 81.

GRAMSCI, Antonio. “**La formazione degli intellettuali**”. In: \_\_\_\_\_. *Gli Intellettuali e L’Organizzazione della Cultura*. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1949, pp. 3-19.

GURVITCH, Georges. Sociability. In: FAIRCHILD, Henry Pratt (Ed.). **Dictionary of Sociology**. New York City: Philosophical Library, 1944, p. 275.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa (Excertos). Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2ª Edição, 2003.

HERMAN, Arthur. A Select Society: Adam Smith and His Friends. In: \_\_\_\_\_. **How the Scots Invented the Modern World**: The true story of how Western Europe’s poorest nation created our world and everything in it. New York: Crown Publishers, 2001, pp. 161-191.

HUME, David. **A arte de escrever ensaios e outros ensaios (morais, políticos e literários)**. Seleção: Pedro Pimenta. Tradução: Márcio Suzuki e Pedro Pimenta. São Paulo: Iluminuras, 2008.

HUYGHE, Le site de François-Bernard. Disponível em:  
<[http://www.huyghe.fr/actu\\_351.htm](http://www.huyghe.fr/actu_351.htm)>, acesso em 17 de agosto de 2015.

INFO, James Boswell. Disponível em:  
“[http://www.jamesboswell.info/Misc/The\\_Poker\\_Club.php](http://www.jamesboswell.info/Misc/The_Poker_Club.php)”, acessado em 13 de junho de 2015.

JACOBY, Russell. **The Last Intellectuals**. American Culture in the Age of Academe. New York: Basic Books, 2000, 313p.

JASMIN, Marcelo G. História dos Conceitos e Teoria Política e Social. Referências preliminares. **Rev. Bras. Ciências Sociais**. v. 20, n. 57, fevereiro/2005, pp. 27-38.

JOHNSON, Allan G. Socialization. In: BEALEY, Frank; JOHNSON, Allan G. **The Blackwell Dictionary of Sociology: a user's guide to sociological language**. Oxford: Blackwell Publishers Ltd., 1996, p. 267.

KETTLER, David. **Adam Ferguson: His Social and Political Thought**. Columbus: Ohio State University Press, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006, 368p.

\_\_\_\_\_. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, pp. 134-146.

LOPES, Marcos Antônio. Aspectos teóricos do pensamento histórico de Quentin Skinner. **Kriterion**, Belo Horizonte, nº 123, jun./2011, p. 177-195.

MANNHEIM, Karl. O problema da “Intelligentsia”. Um estudo do seu papel no passado e no presente. **Sociologia da Cultura**. São Paulo: Perspectivas/EDUSP, 1974 (Estudos 32), pp. 69-139.

MATHIESON, William Law. **Scotland and the Union**. A History of Scotland from 1695 to 1747. Glasgow: James Maclehose and Sons, 1905, 387p.

\_\_\_\_\_. **The Awakening of Scotland**. A History from 1747 to 1797. Glasgow: James Maclehose and Sons, 1910, 303p.

MOREL, Marco. Sociabilidade entre luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 28, 2001, p. 3-22.

MOSSNER, Ernest Campbell. **The Life of David Hume**. Oxford: Clarendon Press, 2001.

OZ-SALZBERGER, Fania. Introduction. In: FERGUSON, Adam. **An Essay on the History of Civil Society**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. vii-xxv

PALTI, Elías. La nueva historia intelectual y sus repercusiones en América Latina. **História Unisinos** v. 11, n. 3, p. 297-305, set./dez. 2007.

PATL, Heloísa. A contribuição humanista de George Simmel para o pensamento social. **Estado de S. Paulo**, 21 de março de 2017. Disponível em <<  
<http://cultura.estadao.com.br/blogs/estado-da-arte/a-contribuicao-humanista-de-georg-simmel-para-o-pensamento-social/> >> Acesso:3 de abril de 2018.

PERES, Fabio de Faria et al. A “sensibilidade” de Simmel: notas e contribuições ao estudo das emoções. **RBSE**, v. 10, n. 28, p. 93-120, ISSN 1676-8965, abr. 2011.  
<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>

PHILIPSON, Nicholas. **Adam Smith: an Enlightened Life**. New Haven & London: Yale University Press, 2010.

POCOCK, John G. A. **Linguagens do Ideário Político**. Sergio Miceli (Org.); Tradução: Fábio Fernandes. São Paulo: EDUSP, 2003. (Clássicos; 25), 452p.

\_\_\_\_\_. Harrington and English Political Ideologies in the Eighteenth Century. **The William and Mary Quarterly**, Third Series, v. 22, n. 4, pp. 549-583, Oct. 1965.

\_\_\_\_\_. **The Machiavellian Moment**. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2003. 634p.

\_\_\_\_\_. Theory in History: problems of context and narrative. In: DRYZEK, John S.; HONIG, Bonnie. PHILLIPS, Anne (Eds.). **The Oxford Handbooks of Political Science**. Oxford University Press: Oxford, 2008, pp. 163-174.

\_\_\_\_\_. Quentin Skinner: a história da política e a política da história. **Topoi**, v. 13, n. 25, p. 193-206, jul./dez. 2012.

RÊGO, Walquíria D. L. Ética, ciência e política: do intelectual reformador ao administrador do existente. **Perspectivas**, São Paulo, n. 23, pp. 69-83, 2000.

ROBERTSON, John. The Scottish Contribution to the Enlightenment. In: WOOD, Paul (Org.). **The Scottish Enlightenment. Essays in Reinterpretation**. New York: University of Rochester Press, 2007, pp. 37-62.

SILVA, Ricardo. O Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, pp. 299-335, 2010.

\_\_\_\_\_. História intelectual e teoria política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n. 34, pp. 301-318, out. 2009.

\_\_\_\_\_. Maquiavel e o conceito de liberdade em três vertentes do novo republicanismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 72, pp. 37-58, 2010.

SIMMEL, Georg. A sociabilidade. (Exemplo de sociologia pura ou formal). \_\_\_\_\_. **Questões Fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade.** Tradução: Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, pp. 59-82.

\_\_\_\_\_. The Sociology of Sociability. Trans. by Everett C. Hughes. **American Journal of Sociology**, v. 55, n. 3, pp. 254-261, nov. 1949.

\_\_\_\_\_. Psicologia do Coquetismo. (1909). In: \_\_\_\_\_. **Filosofia do Amor.** Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006, 3. Ed., pp. 93-111.

SHER, Richard B. **Church and University in the Scottish Enlightenment.** The Moderate Literati of Edinburgh. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1985.

SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. **History and Theory**, v. 8, n. 1, pp. 3-53, 1969.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: \_\_\_\_\_. **Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes.** Tradução: Vera Ribeiro. São Paulo: Editora UNESP, 1999, pp. 17-37 (UNESP/Cambridge).

SMOUT, Thomas Christopher. **A history of the Scottish people 1560-1830.** London, Fontana Press, 1998.

SOUZA, Bruno Silva de. Resenha: KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos. **Aedos. Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS.** v. 3, n. 8, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs/aedos>

SUZUKI, Márcio. Aposta na Filosofia. **KRITERION**, Belo Horizonte, n. 124, dez./2011, pp. 307-330.

TENORIO, Maurício. Como escrever hoje a história das ideias e dos intelectuais de uma perspectiva comparativa, transnacional? In: MAIA, João Marcelo Ehlert et al. (Orgs.). **Ateliê do Pensamento Social.** Ideias em perspectiva global. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, pp. 29-56.

TIMBS, John. **Club Life of London.** With Anecdotes of clubes, coffee-houses and taverns of the metropolis during the 17<sup>th</sup>, 18<sup>th</sup>, and 19<sup>th</sup> centuries. London: Richard Bentley, New Burlington Street, 1866.

TINKER, Chauncey Brewster. **The Salon and English Letters.** Chapters on the interrelations of literature and society in the age of Johnson. New York: The Mcmillan Company, 1915.

TORRES, Sebastián, ¿Un momento maquiaveliano en Arendt? Republicanismo y revolución. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, v. 21, n. 3, 2016, pp. 123-140.

TREVELYAN, G. M. Scotland and Ireland from the Restoration to Queen Anne In: \_\_\_\_\_. **History of England.** London: Longmans, Green and Co. Ltd. 1958, p. 480.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Faculdade de Letras. Doutorado honoris causa do historiador John G. A. Pocock (29 de setembro de 2010). **Revista da Faculdade de Letras.**



Universidade de Coimbra, 2010, pp. 428-453. Disponível em:  
<http://hdl.handle.net/10316.2/32607>, acesso em 23 de abr. 2018.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 16, jan./abr. 2008, pp. 63-85.

WAIZBORT, Leopoldo. O salão. In: \_\_\_\_\_. **As Aventuras de Georg Simmel**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia. Ed. 34, 2000, pp. 441-69.

WITHRINGTON, Donald J. Education and Society in the Eighteenth Century. In: MITCHISON, Rosalind; PHILLIPSON, Nicholas T. (Eds.). **Scotland in the Age of Improvement**. Essays in Scottish History in the Eighteenth Century. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1996, pp. 169-199.

WOOD, Paul (Org.). **The Scottish Enlightenment. Essays in Reinterpretation**. New York: University of Rochester Press, 2007, 399p.